



Guia de Apoio ECOXXI

Um Programa da:
Associação Bandeira Azul de Ambiente e Educação
secção portuguesa da *Foundation for Environmental Education (FEE)*



Um Programa da:

Associação Bandeira Azul de Ambiente e Educação (FEE Portugal)

Autoria:

Margarida Gomes

Revisão e atualização

Jorge Penim

21.ª edição

Março de 2026. Lisboa.

O presente documento visa clarificar os objetivos, metodologia e indicadores ECOXXI 2026.

É complementado por **2 anexos:**

Parte A – Pontuação e Critérios

Parte B – Conceitos, Notas e Recomendações

ÍNDICE

1. PROGRAMA BANDEIRA VERDE ECOXXI	2
1.1. Introdução	3
1.2. Evolução: da Declaração de Estocolmo à Agenda 2030	5
1.3. 19 anos de Programa Bandeira Verde ECOXXI	6
1.4. ECOXXI: Um Programa Dinâmico	7
1.5. O ECOXXI os ODS	8
1.6. ECOXXI - Uma Ferramenta de Gestão e Comunicação	9
1.7. Objetivos	10
1.8. Metodologia: do Modelo de Análise ao Índice ECOXXI	10
1.9. Indicadores	11
1.10. Critérios e Avaliação	15
1.11. Pontuação e Índice	15
1.12. Parceiros ECOXXI	16
1.13. Comissão Nacional ECOXXI	16
1.14. Como Participar	18
1.15. Calendarização 2025	19
1.16. Testemunhos	19
2. INDICADORES ECOXXI 2025	20
Indicador 1	22
Indicador 2	24
Indicador 3	25
Indicador 4	26
Indicador 5	28
Indicador 6	30
Indicador 7	31
Indicador 8	33
Indicador 9	34
Indicador 10	36
Indicador 11	38
Indicador 12	40
Indicador 13	42
Indicador 14	44
Indicador 15	45
Indicador 16	46
Indicador 17	48
Indicador 18	49
Indicador 19	51
Indicador 20	52
Indicador 21	54

1. PROGRAMA BANDEIRA VERDE ECOXXI

1.1. Introdução

Desde a sua fundação (1990), a secção portuguesa da Foundation for Environmental Education – Associação da Bandeira Azul de Ambiente e Educação (ABAAE), tem vindo a desenvolver em Portugal, Programas⁽¹⁾ vocacionados para a mudança de comportamentos e atitudes, através da sensibilização, formação e educação ambiental para a sustentabilidade, dirigidos a diversos públicos-alvo.

Ao integrar a experiência já existente, o Programa Bandeira Verde ECOXXI assenta a sua metodologia em três princípios fundamentais, comuns a todos os programas coordenados pela ABAAE:

- **Promover o conhecimento** profundo dos territórios, através da recolha de informação assente nos princípios de sustentabilidade.
- **Estimular o diálogo e empenho** dos atores-chave na construção de uma sociedade mais resiliente, sustentável e inclusiva, através do estabelecimento de parcerias com *stakeholders* estratégicos com experiência e *know-how* nas diversas vertentes da sustentabilidade.
- **Avaliar e reconhecer** as melhores políticas e práticas em matéria de desenvolvimento sustentável, através do cumprimento de critérios de sustentabilidade local.

Fruto do trabalho de **acompanhamento e avaliação de mais de 30 instituições** públicas e privadas de âmbito nacional e regional do país, o Programa Bandeira Verde ECOXXI apresenta-se como um compromisso dos responsáveis pela gestão do território em adotar práticas e políticas sustentáveis. Possibilita ainda, a quem tem a responsabilidade de gerir o território, fazer a **caracterização, monitorização e avaliação das ações e das políticas implementadas**, aferindo os seus resultados e impactos.

Os municípios ECOXXI são mais conhecedores dos seus territórios, mais dinâmicos e mais envolvidos naquilo que são as prioridades e estratégias do município, tendo em vista a prossecução de um objetivo comum: **ser um Eco-Município**.

¹ Programa Bandeira Azul, Programa Jovens Repórteres para o Ambiente, Programa Eco-Escolas, Programa Chave Verde e Programa Eco-Freguesias XXI.

O cumprimento dos objetivos definidos pelo Programa ECOXXI significa o reconhecimento de que o município é uma **referência nacional** no que respeita a adoção de boas práticas de sustentabilidade local da iniciativa do município.

A **versão ECOXXI 2026** resulta de um trabalho dinâmico, contínuo e consistente ao longo de mais de uma década.

1.2. Evolução: da Declaração de Estocolmo à Agenda 2030

Foram diversos os marcos históricos que conduziram à atual agenda de desenvolvimento sustentável.

A Conferência de Estocolmo e o Relatório Brundtland, que ocorreram em 1972 e 1987, respetivamente, impulsionaram o Programa de Ação para o Desenvolvimento Sustentável que se seguiu, em 1992. Vinte anos depois da Eco-92 (Rio+20) foi renovado o compromisso político com o desenvolvimento sustentável com a criação da Agenda 21, que inspirou a criação do Programa ECOXXI.

Passado uma década de implementação do Programa, em 2015, ocorreu a Cimeira de Chefes de Estado e de Governo que culminou na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, atualmente em vigor.



Esquema – Da Conferência das Nações Unidas à Agenda 2030

1.3. 20 anos de Programa Bandeira Verde ECOXXI

Desde 2005, ano que marcou o lançamento do Programa, mais de **uma centena de municípios** de todas as regiões do país, incluindo as Regiões Autónomas dos Açores e Madeira, demonstrou interesse em participar no Programa. Em média, são mais de cinco dezenas os municípios que, anualmente, assumem o compromisso pela sustentabilidade, aderindo ao Programa e mantendo a sua participação anual, de forma contínua e consistente.

De entre todos os participantes, destacamos os 19 municípios que participam no Programa há mais de uma década:



1.4. ECOXXI: Um Programa Dinâmico

O Programa Bandeira Verde ECOXXI é anualmente **revisto e atualizado**, procurando ajustar-se a novas realidades, integrar as sugestões da Comissão Nacional e dos municípios, bem como contemplar, cada vez mais, a diversidade e especificidades dos territórios.

Assim, todos os anos o Programa é objeto de aperfeiçoamentos, que se refletem na atualização e incorporação de novos indicadores e subindicadores sem, contudo, ser alterada a essência do índice ECOXXI, por forma a ser possível analisar o progresso.

Para a edição de 2026 foram atualizados e revistos os 21 indicadores ECOXXI, registando-se algumas alterações significativas face ao ano anterior. Destaca-se, no indicador 18 Valorização do Papel da Energia na Gestão Municipal, a introdução de novas questões relacionadas com o programa ECO.AP 2030 e com o combate à pobreza energética.

No indicador 15 Qualidade do Ambiente Sonoro, as principais novidades referem-se à atualização dos dados de base do mapa de ruído e à revisão das zonas sensíveis e mistas. Para além destes, foram ainda introduzidas alterações pontuais nos indicadores 1, 2, 4 e 12.

A edição deste ano inclui igualmente a redução dos pontos bónus para quatro, justificada pela eliminação do questionário Eco-Funcionários XXI, pela integração do JRA na pontuação de base do indicador respetivo e por pequenos ajustamentos de pontuação noutros indicadores.

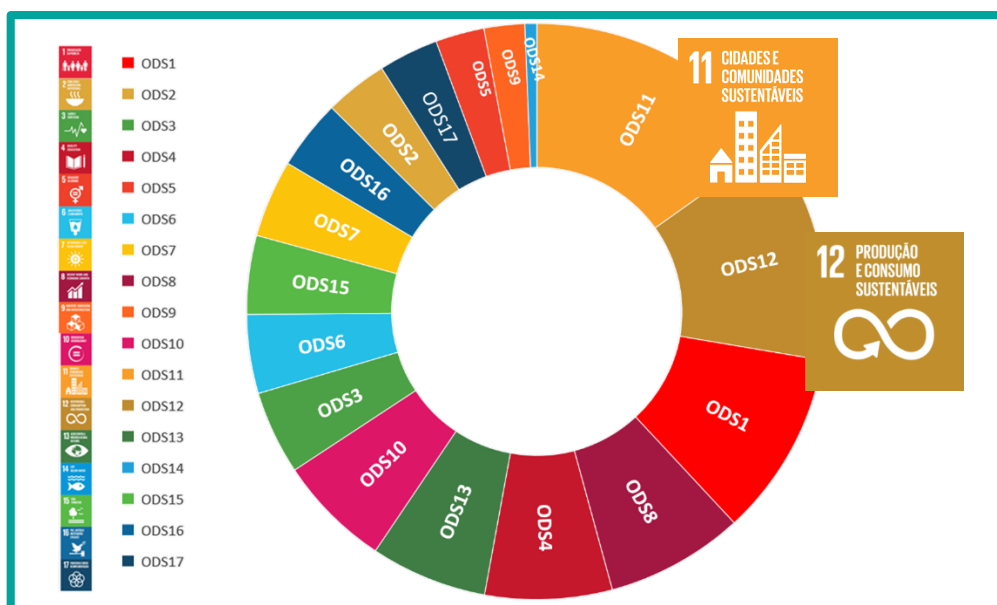
1.5. O ECOXXI os ODS

Ao longo do tempo, em particular nas últimas três décadas, as autarquias têm desempenhado um papel fundamental no desenvolvimento de uma cultura ambiental e de cidadania, patente nas estratégias e planos implementados.

Os municípios reconhecidos como ECOXXI assumem-se com atores-chave na promoção e defesa dos interesses das populações nos domínios das políticas públicas de transportes, equipamento rural e urbano, património, saúde, educação, ação social, habitação, proteção civil, ambiente e saneamento, trabalhando em rede com as pessoas e para as pessoas, juntos e em rede, para garantir um mundo mais justo, mais inclusivo e mais sustentável.

Neste sentido, a Candidatura à Bandeira Verde ECOXXI tem vindo a ser trabalhada ao longo do tempo no sentido de **convergir cada vez mais** com as metas dos **17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** estabelecidos na Agenda 2030.

Ainda que se relacione direta e indiretamente com diversas metas dos 17 ODS, é com o **ODS 11 “Cidades e Comunidades Sustentáveis”** e **ODS12 “Produção e Consumo Sustentável”** e que tem maior ligação, pela natureza das questões que integram a candidatura.



1.6. ECOXXI - Uma Ferramenta de Gestão e Comunicação

Inspirado nos princípios da Agenda 21 e alinhado com as metas estabelecidas na Agenda 2030, o Programa ECOXXI constitui-se como uma **ferramenta dinâmica de apoio à gestão autárquica** e de suporte à tomada de decisão. Neste sentido, a sua aplicação proporciona uma visão holística e sistémica do desempenho



municipal, contemplando dimensões tão diversas como a educação ambiental para o desenvolvimento sustentável, a conservação da natureza, energia, resíduos, mobilidade, ruído, agricultura, turismo e ordenamento do território, entre outras.

Por outro lado, esta ferramenta dota os decisores de informação sistematizada, que torna possível a identificação de problemas, dificuldades e boas práticas, pelo que contribui para a definição de prioridades de atuação e para a antecipação de estratégias e ações em prol da sustentabilidade.

Para além de motivar a uma participação ativa e de responsabilidade partilhada (o sucesso da trajetória de sustentabilidade é indissociável da participação, envolvimento ativo e concertação de múltiplos agentes), o ECOXXI promove a **transparência e governação colaborativa**, o que exige mais e melhor comunicação sobre o compromisso municipal para o desenvolvimento sustentável. Assim, ao promover a monitorização e avaliação do desempenho municipal em diversas áreas de atuação, este programa assume-se como um instrumento de proximidade com a comunidade e com os diversos agentes locais, sendo facilitador de **comunicação interna e externa das políticas** prosseguidas pelos municípios, bem como um veículo para alargar parcerias e oportunidades de financiamento.



1.7. Objetivos

O Programa ECOXXI visa a identificação e o reconhecimento de boas práticas de sustentabilidade valorizando, entre outros aspetos: a educação no sentido da sustentabilidade e a qualidade ambiental. Neste sentido, procura prosseguir **6 objetivos principais** centrados na monitorização e avaliação de políticas e práticas de sustentabilidade local:



Objetivos principais do Programa ECOXXI

1.8. Metodologia: do Modelo de Análise ao Índice ECOXXI

O Programa ECOXXI segue a metodologia de outros programas coordenados pela ABAAE, ou seja, assenta na definição de um modelo de análise que procura medir a sustentabilidade dos municípios, através da recolha e análise de informação quantitativa e qualitativa e a sua avaliação.

Processo Metodológico

A ABAAE coordena o Programa ECOXXI contando com a colaboração de um conjunto de peritos especializados, elementos da Comissão Nacional (júris), que participam na (re)definição, revisão anual e avaliação dos indicadores.

Os municípios são os responsáveis pela recolha, tratamento e sistematização da informação.



Processo Metodológico do Programa ECOXXI

1.9. Indicadores

Os indicadores assumem-se como ferramentas para aferir o progresso dos municípios em matéria de desenvolvimento sustentável. Os indicadores foram seleccionados por forma a:

- Contribuir para a aferição das dinâmicas relativas à **Educação Ambiental/Educação para o Desenvolvimento Sustentável**;
- Integrar as **múltiplas dimensões do conceito de desenvolvimento sustentável**, as vertentes sociocultural, económico-institucional e ambiental.

SELEÇÃO DOS INDICADORES | SISTEMA PER

Pressão: caracterizam as pressões das atividades humanas sobre o ambiente, incluindo a quantidade e qualidade dos recursos naturais.

Estado: refletem a qualidade do ambiente num dado horizonte espaço/tempo.

Resposta: avaliam as respostas da sociedade às alterações e preocupações ambientais, bem como à adesão a programas e/ou à implementação de medidas em prol do ambiente.

Na seleção e definição dos indicadores utilizados no ECOXXI foram contempladas as várias categorias da classificação “Pressão-Estado-Resposta” (PER) criada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE).

No ECOXXI predominam os **indicadores de resposta**, dado que o objetivo principal é medir a proatividade dos municípios e a sua capacidade de criar políticas, implementar medidas e realizar ações, que possam ir ao encontro dos principais problemas e permitam, nas diversas áreas, progredir no sentido da sustentabilidade.

Escalões, Bónus e Indicadores Não Universais

Apesar do objetivo do Programa ECOXXI não ser estabelecer um *ranking* entre municípios, o galardão acaba por ser visto não só como uma avaliação absoluta, mas também relativa, entre os municípios participantes. Nesse sentido, foram clarificados os:

- **Indicadores primários:** que todos os municípios deverão cumprir para participar.
- **Indicadores universais:** que todos os municípios têm possibilidade de cumprir.



A preocupação com a equidade manifesta-se numa avaliação que contemple as diferenças. Está presente em diversos aspetos do Programa ECOXXI, nomeadamente através de:

- **Escalões:** aos municípios com mais população residente são exigidas mais ações.
- **Indicadores Não Universais:** o cumprimento de parte do indicador não é exigível em todos os municípios.
- **Indicadores Bónus:** assinalam boas práticas, medidas inovadoras, que não são exigíveis a todos os municípios e que podem totalizar até 10 pontos.

A maioria dos indicadores decorre de medidas implementadas pelo município **no ano anterior ao da candidatura**, ainda que, em descritores específicos reporte aos 2 ou 3 últimos anos ou ainda ao ano atual. Em casos pontuais, é considerado o melhor dos dois anos (ou anos letivos) e até mesmo ações planeadas para o futuro.

Os 21 indicadores ECOXXI 2025

Dada a abrangência e complexidade do conceito “desenvolvimento sustentável”, os indicadores selecionados e criados no âmbito do Programa ECOXXI têm por base a existência de:

- Legislação nacional e comunitária.
- Convenções e protocolos internacionais, objeto de ratificação pelo Estado Português.
- Estatísticas e dados oficiais com informação ao nível do município.
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.
- Informação disponibilizada pelo município.
- Dados estatísticos ao nível de sustentabilidade da entidade gestora.

Princípios subjacentes à seleção de indicadores

- Objetividade;
- Fiabilidade;
- Validação científica;
- Dados-base passíveis de atualização (preferencialmente anual);
- Possibilidade de comparação com critérios legais ou outros padrões/metastas existentes a nível nacional e europeu;
- Exequibilidade relativamente à recolha de informação;
- Facilidade e rapidez de determinação e interpretação;
- Possibilidade de verificação/confirmação;
- Grau de importância.

No quadro seguinte apresentam-se os indicadores ECOXXI 2025 e respetiva pontuação.

Ind.	Tema	Nome	Pontos	Bónus
1	Ed. Ambiental/EDS	Promoção da Educação Ambiental/EDS por Iniciativa do Município ^{IP}	10	
2	Ed. Ambiental/EDS	Programas Escolares de Educação Ambiental ^{IP}	2,0	
3	Ed. Ambiental/EDS	Sustentabilidade em Zonas Balneares ^{INU}	2,0	
4	Cidadania	Cidadania, Participação e Governança	5	0,5
5	Informação e transparência	Transparência, Digitalização e Conectividade	5	0,5
6	Emprego	Emprego	3	
7	Parcerias	Cooperação com a Sociedade Civil em Matéria de Ambiente e Promoção do Desenvolvimento Sustentável	2	
8	Qualidade	Certificação de Sistemas de Gestão	2	
9	Alterações Climáticas	Alterações Climáticas	10	
10	Saúde e Bem-Estar	Saúde e Bem-Estar	3	
11	Ordenamento do Território	Ordenamento do Território: Espaços Verdes, Planeamento e Requalificação urbana	7/7,5	0,5
12	Conservação da Natureza	Conservação da Natureza (Biodiversidade e Geodiversidade).	5/7	1,0
13	Floresta	Gestão e Conservação da Floresta ^{INU}	0,5/3	
14	Ar	Qualidade do Ar e Informação ao Público	2,5	
15	Ruído	Qualidade do Ambiente Sonoro	2,5	
16	Água	Água Segura e Qualidade dos Serviços de Águas Prestados aos Utilizadores ^{IP}	7	
17	Resíduos	Produção e Recolha Seletiva de Resíduos Urbanos ^{IP}	7	
18	Energia	Valorização do Papel da Energia na Gestão Municipal	7	
19	Transportes	Mobilidade Sustentável	7	
20	Agricultura	Agricultura Sustentável e Desenvolvimento Rural	3	
21	Turismo	Turismo Sustentável	5	1,0

Quadro - 21 Indicadores ECOXXI 2026

^{IP} Indicadores Primários: indicadores que deverão ser obrigatoriamente cumpridos. Os restantes indicadores são complementares, i.e., indicadores em que é aconselhado o seu cumprimento.

^{INU} o cumprimento de parte do indicador não é exigível em alguns municípios. Os restantes indicadores são universais, ou seja, qualquer município tem possibilidade de pontuar.

1.10. Critérios e Avaliação

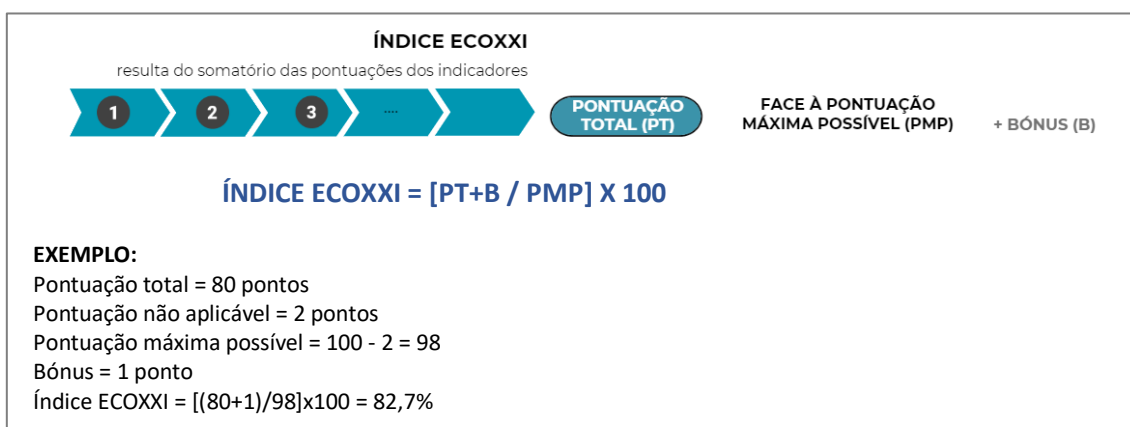
Os critérios de avaliação estabelecidos resultam de um trabalho exaustivo e aprimorado, assente na seleção das variáveis que melhor servem os objetivos e metas do indicador, em linha com os princípios da Agenda 21 Local e com as metas da Agenda 2030, e que podem ser medidas e avaliadas.

Parte da informação constante na candidatura é comprovada através das evidências remetidas pelo município e cuidadosamente verificadas pela Comissão Nacional, a outra parte é objeto de análise e validação por parte dos júris especializados em cada uma das temáticas através da verificação e validação da informação apresentada.

A avaliação concretiza-se na atribuição de pontuação em cada subindicador, em função do cumprimento total ou parcial do critério (ver anexos A e B onde se detalham pontuações e critérios e notas e recomendações). A atribuição da pontuação total acontece se naquele subindicador, o município atingiu as metas estabelecidas. As metas de cada indicador são anualmente revistas, sendo ajustadas sempre que o Júri/Comissão Técnica entenda que é necessário.

1.11. Pontuação e Índice

A pontuação atribuída a cada indicador, procura refletir o peso absoluto e relativo das áreas de atuação consideradas, visando a obtenção de um índice sintético e de fácil interpretação que se pode traduzir numa percentagem (Índice ECOXXI). Este índice visa posicionar os municípios em matéria de desenvolvimento sustentável.



Composição do Índice ECOXXI

Os municípios participantes recebem um Certificado de Participação e um Diploma para o responsável pela candidatura.

Os municípios com pontuação igual ou superior a 40% recebem uma medalha.

Os municípios que atingem um **Índice ECOXXI igual ou superior a 50%** cumprem os objetivos estabelecidos pelo Programa, recebendo a **Bandeira Verde ECOXXI** e uma bandeira de secretária ECOXXI.



Reconhecimento ECOXXI

1.12. Parceiros ECOXXI

Os parceiros ECOXXI são entidades cuja área de atuação se relaciona com serviços ou produtos que contribuem para ações e políticas sustentáveis. Os parceiros atribuem prémios de valor igual ou superior a 1000€, que são atribuídos por mérito na Cerimónia de Entrega dos Galardões ECOXXI.



Parceiros ECOXXI 2026

1.13. Comissão Nacional ECOXXI

A existência de uma Comissão Nacional é fundamental no desenvolvimento do Programa ECOXXI, na medida em que permite o debate interdisciplinar dos objetivos e metodologias subjacentes.



Instituições que compõem a Comissão Nacional ECOXXI 2025

Não seria possível à ABAAE o lançamento do Programa ECOXXI sem o envolvimento e a participação ativa de um conjunto de pessoas e instituições que garantem a exequibilidade do projeto.

A Comissão Nacional é composta por juristas especializados responsáveis pela reflexão, análise e avaliação de cada um dos indicadores, totalizando **32 entidades**.

Destacamos a participação assídua e de extrema importância da **Agência Portuguesa do Ambiente** em 6 dos 21 indicadores ECOXXI.

1.14. Como Participar

A participação no **Programa ECOXXI é voluntária**, ficando a cargo de cada município a decisão de apresentação da sua candidatura à Bandeira Verde ECOXXI 2025.

Para se candidatar, o município deve cumprir os seguintes requisitos:

- Atender aos critérios obrigatórios do *Índice ECOXXI* garantindo pontuação nos Indicadores Primários;
- Submeter toda a informação solicitada em cada indicador;
- Efetuar, até à data limite de submissão da candidatura, o pagamento referente ao serviço de candidatura;
- **Submeter a candidatura dentro do prazo estabelecido.**

Para participar, os municípios deverão enviar a ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada para eco21@abaae.pt e registar-se na Plataforma ECOXXI [aqui](#). O preenchimento da Candidatura decorre na Plataforma ECOXXI, local onde após login poderá descarregar toda a documentação sobre o Programa.

1.15 Calendarização 2026

Data	Ação
26 de março	Sessão de lançamento e abertura das candidaturas 2026
Até 30 de abril	Data limite de inscrição na edição 2026 do Programa Bandeira Verde ECOXXI
9 de abril	Sessão de esclarecimento online
Até 30 de maio	Submissão das candidaturas, caso pretendam revisão e recomendações durante o processo
Até 30 de junho	Data limite de submissão da candidatura
Julho a setembro	Período de avaliação pelo Júri
Novembro	Comunicação aos municípios dos resultados
Novembro/Dezembro	Cerimónia do Galardão Bandeira Verde ECOXXI e comunicação pública dos resultados

1.16 Testemunhos

“

O ECOXXI DEVE SER CONSIDERADO COMO UM DESAFIO IRRECUSÁVEL POR TODAS AS AUTARQUIAS QUE COLOCAM A SUSTENTABILIDADE NO CENTRO DAS SUAS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO (2014)

JOÃO FERRÃO. ICS.

”




ecoXXI ABAAE

“

OS INDICADORES DA AGENDA 21 SÃO ESSENCIAIS À VIDA CIDADÃ E À VIDA AUTÁRQUICA COMO FULCROS DA DEMOCRACIA MODERNA. MAIS AINDA EM TEMPOS DE CRISE, QUE IMPLICAM ESFORÇOS ACRESCIDOS PARA REFORÇAR OS VALORES DA SUSTENTABILIDADE E, ASSIM, QUALIFICAR A VIDA E A DIGNIDADE DOS CIDADÃOS. (2014)

LUISA SCHMIDT
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

”



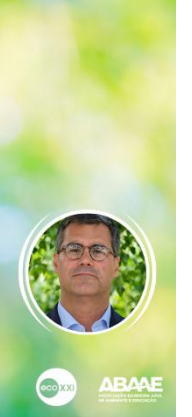

ecoXXI ABAAE

“

A AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE, APOIANTE DESDE A PRIMEIRA HORA DO ECOXXI, TESTEMUNHA E RECONHECE AQUELES QUE, QUER NO EXERCÍCIO DAS SUAS FUNÇÕES PROFISSIONAIS (...), AJUDAM A APERFEIÇOAR O EXERCÍCIO COLETIVO SUSTENTÁVEL. (2014)

NUNO LACASTA
AGÊNCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE

”

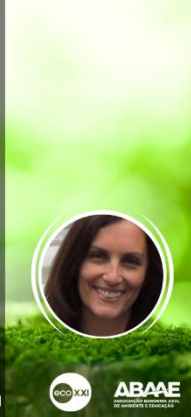
ecoXXI ABAAE

“

TEM SIDO UMA ENORME SATISFAÇÃO PODER FAZER PARTE DA EQUIPA QUE TEM CONTRIBUÍDO PARA QUE O ECOXXI SEJA UMA REFERÊNCIA PARA A ESTRATÉGIA AO NÍVEL DA SUSTENTABILIDADE LOCAL. (2020)

ANA PINTO
INSTITUTO PORTUGUÊS DE QUALIDADE JÚRI ECOXXI

”

ecoXXI ABAAE

“

CANDIDATAMO-NOS AO ECOXXI PORQUE CONSIDERAMOS SER UMA MAIS VALIA PARA O MUNICÍPIO AVALIAR E MELHORAR O SEU DESEMPENHO E IDENTIFICAR ÁREAS A INTERVIR. PERMITE UM INTERCÂMBIO DE IDEIAS E EFEITO MOTIVADOR DE AÇÃO. (2020)

PAULA SILVA
MUNICÍPIO DE ESTARREJA

”




ecoXXI ABAAE

“

A PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA ECOXXI, É UM EXCELENTE MOMENTO PARA O MUNICÍPIO FAZER UM BALANÇO DO SEU PROGRESSO EM DIREÇÃO A UM DESENVOLVIMENTO MAIS EQUILIBRADO E SUSTENTÁVEL. (2020)

MÁRIO ALVES
ESPECIALISTA EM MOBILIDADE E TRANSPORTES JÚRI ECOXXI

”




ecoXXI ABAAE

2. INDICADORES ECOXXI 2025

Apresentam-se nas páginas seguintes os indicadores, os subindicadores e os descritores de cada um deles bem como a pontuação por indicador, data de referência da informação e fontes.

As **siglas** apresentadas nas tabelas são as seguintes:

IP: Indicador primário, ou seja, indicador que deverá ser obrigatoriamente cumprido.

IC: Indicador complementar, ou seja, indicador que não é de cumprimento obrigatório, mas aconselha-se o seu preenchimento.

INU: Indicador não universal, ou seja, o cumprimento de parte do indicador não é exigível em alguns municípios.

IU: Indicador universal, ou seja, qualquer município tem possibilidade de preencher/pontuar.

PP: questões pré-preenchidas pelos júris, ou seja, não é para serem preenchidas pelo município.

CA: questões calculadas automaticamente pela Plataforma.

P: indicador de pressão

R: indicador de resposta

E: indicador de estado

Indicador 1

IND. 1 PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL/ EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL POR INICIATIVA DO MUNICÍPIO		
TEMA	Educação Ambiental/Educação para o Desenvolvimento Sustentável	
TIPO	☐ P ☐ E ☒ R	☒ IP ☐ IC
ANO DE REFERÊNCIA: 2025* *2026 no 1E		PONTUAÇÃO: 10 PONTOS
DESCRIÇÃO SUMÁRIA		SUBINDICADORES
O indicador visa avaliar o empenho dos municípios na formulação de uma estratégia de educação para o desenvolvimento sustentável e na implementação de ações e projetos de (in)formação, educação e sensibilização ambiental, traduzida na dinamização de estruturas de educação ambiental da iniciativa do município.		1A - 2,0 PONTOS 1B - 4,0 PONTOS 1C - 2,0 PONTOS 1D - 2,0 PONTOS
SUBINDICADORES		
INFORMAÇÃO PRÉVIA: - População do Município (hab.) - N.º de elementos do executivo - N.º de funcionários (excluindo executivo) - N.º total de trabalhadores que participam no Eco-Funcionário (executivo + funcionários) ^(CA)		
1A Estratégia de Educação Ambiental/Educação para o Desenvolvimento Sustentável		
1A1 - Existência de Estratégia de Educação Ambiental implementada Se sim: 1A1.1 - Se a Estratégia foi aprovada em assembleia municipal, indique: ano de aprovação; fase em que se encontra; anexe Estratégia aprovada 1A1.2 - Se a Estratégia não foi aprovada em assembleia municipal, indique: ano em que foi elaborada; anexe Estratégia não aprovada Se não: 1A1.3 - Se existe outro documento similar aprovado: identifique o documento; ano em que foi elaborada(o); ano em que foi aprovada (o); nome do responsável; fase em que se encontra; anexe o documento; público-alvo Para 1A1.1 a 1A1.3 - Transcreva um excerto, indicando a página onde podem ser consultados: missão; objetivos; eixos estratégicos; metas no domínio da EA/EDS; enquadramento da estratégia: na Agenda 2030-ODS; ENEA - eixos temáticos; ENEC – grupos; avaliação: instrumentos, indicadores e resultados (e evidências)		OBJETIVO: avaliar a existência de uma estratégia de educação para a sustentabilidade aprovada em assembleia municipal.
1B Projetos em Educação Ambiental/Educação para o Desenvolvimento Sustentável da iniciativa do município		
1B1 - Descreva 2 ou 4 projetos preferencialmente em diferentes temáticas B1.1 a B1.11 - Nome do Projeto; anexe o projeto ou evidências da sua implementação; enquadramento da estratégia: na Agenda 2030-ODS; ENEA - eixos temáticos; ENEC – grupos; número de pessoas abrangidas; tipo de público-alvo; objetivos do projeto; descreva sucintamente o projeto, referindo os aspetos inovadores; nomeie duas ações incluídas no projeto; nome dos parceiros do projeto; avaliação: instrumentos, indicadores e resultados (e evidências)		OBJETIVO: avaliar a implementação de projetos de educação para a sustentabilidade em temáticas diferenciadas.

Indicador 1 (cont.)

1C Ações em Educação Ambiental/Educação para o Desenvolvimento Sustentável da iniciativa do município	
1C1 - Descreva 4 ou 8 ações enquadradas ou não em projetos 1C1.1 a 1C1.4 - Nome da ação; tipo de público-alvo e número de pessoas abrangidas; objetivos da ação; descreva em que consiste a ação; evidências dos resultados alcançados pela ação	OBJETIVO: avaliar a implementação de ações de educação para a sustentabilidade.
1D Equipamentos de Educação Ambiental/Educação para o Desenvolvimento Sustentável	
1D - Descreva 1 ou 2 equipamentos 1D1 a 1D10 - Nome do equipamento; tipologia de equipamentos; tipo de equipamento; nome do responsável do equipamento, identificador de registo na Plataforma da APA; tipo de público-alvo; número de pessoas abrangidas; morada do equipamento; descrição do plano de atividades; avaliação: instrumentos (e evidências), indicadores e resultados	OBJETIVO: avaliar a existência de infraestruturas que, contando com instalações apropriadas e equipas educativas especializadas, oferecem programas e atividades de educação para a sustentabilidade.

AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AGENDA 21 LOCAL

Capítulo 36 - Fomento da educação, da formação e da consciencialização.

AGENDA 2030 | METAS

4.1, 4.2, 4.3, 4.5, 4.6, 4.7, 4.a, 4.c | 5.1, 5.4, 5.b, 5.c | 6.a, 6.b | 7.3, 7b | 8.3, 8.4, 8.6 | 10.3 | 11.b | 12.2, 12.8 | 13.3 | 17.17



FONTE:

Município; Instituições parceiras; APA; MEC

Indicador 2

IND. 2 PROGRAMAS ESCOLARES DA FEE			
TEMA	Educação Ambiental/Educação para o Desenvolvimento Sustentável		
TIPO	☐ P ☒ E ☒ R	☒ IP ☐ IC	☐ IU ☐ INU
ANO DE REFERÊNCIA: 2024/2025 OU 2025/2026 Nota: considerado o melhor dos dois anos letivos		PONTUAÇÃO: 2 PONTOS	
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	SUBINDICADORES		
O indicador visa reconhecer o trabalho desenvolvido anualmente pelas escolas do concelho que possuem um programa de educação ambiental coerente e em conformidade com a metodologia e critérios previstos nos Programas da FEE: Eco-Escolas e Jovens Repórteres para o Ambiente.	2A - 1,65 PONTOS 2B - 0,35 PONTOS		
SUBINDICADORES			
INFORMAÇÃO PRÉVIA: 01 - N.º total de escolas do pré-escolar e ensinos básico, secundário, profissional e artístico no concelho em 2023/2024 e em 2024/2025 02 - N.º de escolas inscritas no Programa EE em 2024/2025 e em 2025/2026 ^(PP) 03 - N.º de escolas galardoadas no Programa EE em 2024/2025 ^(PP)			
2A Eco-Escolas			
2A1 - Taxa de Implementação do Programa EE em 2024/2025 e em 2025/2026 ^(CA) 2A2 - Taxa de concretização do Programa EE em 2024/2025 ^(CA) 2A3 - O município é parceiro da ABAAE no âmbito do Programa Eco-Escolas no ano letivo 2024/2025 e/ou 2025/2026? ^(PP) (s/n). Selecione 2 formas de apoio e explicite como o concretizou.		OBJETIVO: encorajar ações e reconhecer o trabalho de qualidade desenvolvido pelas escolas do concelho, no âmbito da educação para a sustentabilidade.	
2B Jovens Repórteres para o Ambiente			
2B1 - N.º de escolas inscritas no Projeto Jovens Repórteres para o Ambiente que publicaram pelo menos uma reportagem no ano letivo 2023/2024 ^(PP) 2B2 - N.º de escolas inscritas no Projeto Jovens Repórteres para o Ambiente que publicaram pelo menos uma reportagem no ano letivo 2024/2025 ^(PP) 2B3 - Observações		OBJETIVO: contribuir para o exercício de uma cidadania ativa e participativa enfatizando a vertente do jornalismo ambiental, através da adesão ao projeto Jovens Repórteres para o Ambiente.	
AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
AGENDA 21 LOCAL Capítulo 36 - Fomento da educação, da formação e da consciencialização.			
AGENDA 2030 METAS 4.1, 4.2, 4.3, 4.5, 4.6, 4.7, 4.a, 4.c 5.1, 5.4, 5.b, 5.c 6.a, 6.b 7.3, 7b 8.3, 8.4, 8.6 10.3 11.b 12.2, 12.8 13.3 17.17			
        			
FONTE:			
Município; Instituições parceiras; APA; MEC			

Indicador 3

IND. 3 SUSTENTABILIDADE NAS ZONAS BALNEARES		
TEMA	Educação Ambiental/Educação para o Desenvolvimento Sustentável; Ambiente Costeiro e Marinho	
TIPO	☐ P ☐ E ☒ R	☐ IP ☒ IC
		☒ IU ☒ INU
ANO DE REFERÊNCIA: 2025		PONTUAÇÃO: 2 PONTOS
DESCRIÇÃO SUMÁRIA		SUBINDICADORES
O indicador visa premiar os municípios que possuem zonas balneares, portos e marinas que cumprem os critérios relativos ao Programa Bandeira Azul. Visa ainda reconhecer o esforço do município na oferta de serviços de acesso à praia e ao mar.		3A - 1,0 PONTO e/ou 3B - 0,5 PONTOS 3C - 0,5 PONTOS 3D - 0,5 PONTOS
SUBINDICADORES		
INFORMAÇÃO PRÉVIA: - N.º de águas balneares costeiras ou de transição e/ou águas balneares do interior no concelho em 2025 ^(PP) (NU) - N.º de águas balneares costeiras ou de transição e/ou águas balneares do interior com Bandeira Azul em 2025 ^(PP) (NU) - N.º de águas balneares costeiras ou de transição e/ou águas balneares do interior com Bandeira Azul arreadas ou não hasteadas em 2025 ^(PP) (NU) - N.º de praias de banhos costeiras ou de transição e/ou praias de banhos do interior no concelho em 2025 ^(PP) (NU) - N.º de praias de banhos costeiras ou de transição e/ou praias de banhos do interior com Bandeira Azul em 2025 ^(PP) (NU) - N.º de praias de banhos costeiras ou de transição e/ou praias de banhos do interior com Bandeira Azul arreadas ou não hasteadas em 2025 ^(PP) (NU) - N.º de praias de banhos do interior com Bandeira Azul arreadas ou não hasteadas em 2025 ^(PP) (NU) - N.º de praias acessíveis em 2025 ^(PP) (NU)		
3A Praias Costeiras ou de Transição ^{INU} E/OU 3B Praias do Interior ^{INU}		
3A1 - % de águas balneares costeiras ou de transição com Bandeira Azul em 2025 ^(CA) (NU) E % de praias de banhos costeiras ou de transição com Bandeira Azul em 2025 ^(CA) (NU) E/OU 3B1 - % de águas balneares do interior com Bandeira Azul em 2025 ^(CA) (NU) E % de praias de banhos do interior com Bandeira Azul em 2025 ^(CA) (NU)		OBJETIVO: incentivar à adoção de comportamentos sustentáveis, através da adesão ao Programa Bandeira Azul.
3C Acessibilidade à Praia e ao Mar ^{INU}		
3C1 - N.º de praias com bandeira azul acessíveis ^(NU) 3C2 - Existem equipamentos de apoio a pessoas com mobilidade reduzida em pelo menos uma praia ^(NU) 3C3 - Existe um serviço de apoio específico à cadeira anfíbia? ^(NU) . Indique o responsável		OBJETIVO: disponibilizar condições de acessibilidade e de serviços de acesso à praia e ao mar.
AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL		
AGENDA 21 LOCAL Capítulo 17 - Proteção dos oceanos e dos mares e zonas costeiras; proteção, utilização e desenvolvimento racional dos recursos vivos marinhos.		
AGENDA 2030 METAS 3.6 4.7 6.3, 6.a 7.3, 7.b 8.4, 8.9 10.7 11.2, 11.4, 11.7 13.1, 13.3 14.1, 14.2, 14.c		
		
FONTE:		
ABAAE/FEE P; APA		

Indicador 4

IND. 4 CIDADANIA, GOVERNANÇA E PARTICIPAÇÃO		
TEMA	Cidadania	
TIPO	☐ P ☐ E ☒ R	☐ IP ☒ IC
		☒ IU ☐ INU
ANO DE REFERÊNCIA:	2025*; 2023, 2024 e 2025 em 4A4 e 4A5; 2025 em 4D	
		PONTUAÇÃO:
		5 PONTOS + 0,5 BÓNUS
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	SUBINDICADORES	
O indicador pretende avaliar a interatividade entre a autarquia e a população, medindo o envolvimento dos municípios nos processos de tomada de decisão.	4A - 0,5 PONTOS + 0,5 BÓNUS 4B - 2,0 PONTOS 4C - 1,5 PONTOS 4D - 1,0 PONTO	
SUBINDICADORES		
INFORMAÇÃO PRÉVIA:		
01 - N.º de eleitores do concelho em 2025 ^(PP) 02 - N.º de eleitores do concelho em 2025 ^(PP) 03 - Orçamento municipal global em 2025 (€)		
4A Mecanismos de participação pública formais		
4A1 - Assembleias municipais 4A1.1 e 4A1.2 - Regista as presenças, indica o n.º total de presenças, indica o n.º total de assembleias e regista ou link que comprova a presenças em Assembleias Municipais. Utilização de <i>Live Streaming</i> 4A2 - Reuniões públicas 4A2.1 e 4A2.2 - Regista as presenças, indica o n.º total de presenças, indica o n.º total de reuniões e regista ou link que comprova a presenças em reuniões públicas. Utilização de <i>Live Streaming</i> 4A3 - Contributos / reclamações/ sugestões/ registadas formalmente. 4A3.1 a 4A3.3 - N.º e % registado formalmente face ao número de eleitores ^(CA) e descreva o procedimento habitual para a resolução das reclamações 4A4 - Participação em projetos/planos/programas sujeitos a consulta pública 4A4.1 a 4A4.3 - Existiram projetos/planos/programas (s/n) e n.º total de projetos sujeitos a consulta pública. Nome do projeto com maior participação. N.º e taxa de participantes nesse projeto 4A5 - Inquéritos de satisfação/aferição em processos de qualidade 4A5.1 - Realiza inquéritos de satisfação/aferição em processos de qualidade em 2023, 2024 e 2025, indica data e anexa um exemplo de inquérito	OBJETIVO: incentivar à participação pública, recorrendo a mecanismos constantes na legislação em vigor, isto é, os formalmente instituídos nas funções da administração local.	
4B Agenda 21 Local ou processo estruturado similar		
4B1 - Processos ativos 4B1.1 - Identifique, indique a data e anexe evidências da Agenda 21 Local ou processo estruturado similar		

Indicador 4 (cont.)

4B2 - Plano de Ação / Implementação de atividades 4B2.1 a 4B2.6 - Identifique e descreva 3 atividades enquadradas na agenda 21 local ou outro processo estruturado similar. Para cada uma indique nome, metas, breve descrição, data, nº de participantes envolvidos e avaliação 4B3 - Estrutura permanente de codecisão 4B3.1 a 4B3.3 - Indique a composição da estrutura permanente de codecisão, a data e número de reuniões. Refira se as decisões de fóruns/plenários possuem caráter vinculativo	OBJETIVO: existência de uma estratégia integrada, consistente, que procura conciliar a proteção do ambiente com o desenvolvimento económico e a coesão social.
4C Orçamento Participativo (OP)	
4C1 - Ano e tipo de OP 4C1.1 e 4C1.2 - Ano de lançamento do OP. O OP é: consultivo e/ou vinculativo (s/n). Outro. Qual 4C2 - Fase do OP 4C3 - Descrição do OP 4C3.1 - Descrição do processo de divulgação e votação 4C4 - Peso do OP no orçamento municipal em 2025 ^(CA) 4C5 - Projetos inscritos 4C5.1 e 4C5.2 – N.º e taxa projetos inscritos no OP face ao n.º de eleitores ^(CA) 4C6 - Projetos sujeitos a votação 4C6.1 a 4C6.3 – N.º de projetos, n.º de votos e taxa de votos nos projetos sujeitos a votação face ao n.º de eleitores 4C7 – Projetos aprovados e executados 4C7.1 a 4C7.3 - Indique o n.º, identifique e anexe evidências 4C7.4 e 4C7.5 - Taxa de execução dos projetos aprovados e identifique os projetos executados	OBJETIVO: incentivar à participação pública, através de um mecanismo que permite aos cidadãos influenciar ou decidir sobre os orçamentos locais.
4D Outros mecanismos de participação pública informais (não inclui OP)	
4D1 - Plataformas virtuais interativas 4D1.1 a 4D1.3 - Existe e indica link para uma ferramenta associada à página do município. % de ocorrências na plataforma face ao nº de eleitores ^(CA) 4D1.4 - Existe partilha pública dos resultados/respostas/ resolução de ocorrências? (s/n). Desde quando e como é realizada a partilha? 4D2 – Redes sociais e comunicação comunitária 4D2.1 e 4D2.2 - Seleciona duas redes sociais ou estação de rádio/Tv local e indique o link 4D2.3 e 4D2.4 - N.º e % de seguidores face ao n.º de eleitores ^(CA)	OBJETIVO: disponibilizar mecanismos de participação pública informais, em particular ferramentas de participação pública virtual associadas à página do município

AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AGENDA 21 LOCAL

Capítulo 28 - Iniciativas das autoridades locais em apoio à Agenda 21 Local.

AGENDA 2030 | METAS

1.3, 1.4, 1.b | 4.7 | 5.b | 6.b | 7.b | 10.2 | 11.3 | 16.6, 16.7, 16.10



FONTE:

Município; Instituições parceiras; CCDR; DRAAC Açores; DRAAC Madeira; APA.

Indicador 5

IND. 5 TRANSPARÊNCIA, DIGITALIZAÇÃO E CONECTIVIDADE			
TEMA	Informação e Transparência		
TIPO	☐ P ☐ E ☒ R	☐ IP ☒ IC	☒ IU ☐ INU
ANO DE REFERÊNCIA: 2026		PONTUAÇÃO: 5 PONTOS + 0,5 BÓNUS	
DESCRIÇÃO SUMÁRIA		SUBINDICADORES	
O indicador pretende avaliar a quantidade e diversidade de informação fidedigna disponibilizada pelo município em matéria de ambiente e desenvolvimento sustentável.		5A - 1,0 PONTOS 5B - 1,5 PONTOS 5C - 1,5 PONTOS 5D - 1,0 PONTO + 0,5 BÓNUS	
SUBINDICADORES			
5A Gestão Municipal e Transparência			
Disponibilização de informação online e/ou nos serviços, de: 5A1 - Resultados da discussão pública 5A2 - Dados de monitorização ambiental 5A3 - Orçamento municipal 5A4 - Planos de Ordenamento (PDM) 5A5 - Outros Planos de Ordenamento/Projetos Urbanísticos 5A6 - Concursos públicos 5A7 – Tarifários 5A8 – Editais 5A9 - Agenda de Sessões da Câmara 5A10 - Regulamentos municipais 5A11 - Outra informação disponível, qual?		OBJETIVO: avaliar as práticas municipais de disponibilização de informação e de serviços que permitam um envolvimento efetivo da comunidade na prossecução da sustentabilidade local e na reflexão das várias temáticas em causa.	
5B Temáticas de Sustentabilidade			
Selecione e apresente evidências das temáticas disponíveis online: 5B1 - Economia Circular 5B2 - Energia 5B3 - Emprego e Empreendedorismo 5B4 - Alterações Climáticas 5B5 - Qualidade do ar 5B6 - Agenda 21 Local, planos/estratégias municipais 5B7 - Biodiversidade e Geodiversidade 5B8 - Áreas Protegidas/Classificadas 5B9 - Água / Recursos Hídricos 5B10 - Agricultura Biológica/Sustentável/Agricultura Urbana 5B11 - Ordenamento do Território e Urbanismo 5B12 - Integração e Inclusão Social 5B13 - Mobilidade Sustentável 5B14 - Saúde e Bem-Estar Social 5B15 – Educação 5B16 - Turismo Sustentável 5B17 - Outros temas disponíveis online		OBJETIVO: identificar as temáticas relacionadas com a sustentabilidade disponibilizadas online.	

Indicador 5 (cont.)

5C Digitalização de Serviços Municipais	
5C1 a 5C14 - Selecione e apresente evidências de disponível online: 5C1 - Correio eletrónico para sugestões e reclamações 5C2 - Processos de consulta pública 5C3 - Apoio ao utilizador (lista de FAQs, helpdesk, etc.) 5C4 - Inquéritos aos cidadãos 5C5 - Preenchimento online de formulários 5C6 - Fóruns de discussão 5C7 - Plataformas de votação online 5C8 - Pagamentos online 5C9 - Subscrição eletrónica de jornais ou notícias 5C10 - Serviço de atendimento permanente 5C11 - Linha azul ou serviço similar 5C12 - Provedoria(s) do cidadão 5C13 - Outra forma. Qual? Identifique a forma 5C14 - Queixas à CADA. N.º de queixas	OBJETIVO: disponibilizar à população diversos serviços online como: correio eletrónico para sugestões e reclamações, processos de consulta pública, apoio ao utilizador, inquéritos aos cidadãos, plataformas de votação online, entre outros.
5D Conectividade Digital	
5D1 - Programas de literacia digital 5D1.1 - Cursos Informáticos de curta duração 5D1.1.1 - Descreva, indicando o público-alvo, o n.º de participantes, os facilitadores digitais e anexo de evidências da realização de cursos informáticos de curta duração 5D1.2 - Descreva, indicando o público-alvo e n.º de participantes do plano tecnológico	OBJETIVO: valorizar a existência de programas de literacia digital, cursos informáticos de curta duração e plano tecnológico, e ainda de pontos de utilização gratuita e Wi-Fi, quer na Câmara Municipal, museus, bibliotecas, juntas de freguesia, quer em outros espaços públicos do concelho.
AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
AGENDA 21 LOCAL Capítulo 40 - Informação para a tomada de decisões. AGENDA 2030 METAS 1.4 4.3, 4.7 5. b 8.2, 8.3 9.c 10.2 12.8 16,6, 16.7, 16.10 17.8         	
FONTE:	
Município; Internet; ICS-UL	

Indicador 6

IND. 6 EMPREGO			
TEMA		Emprego	
TIPO	☒ P ☐ E ☒ R	☐ IP ☒ IC	☒ IU ☐ INU
ANO DE REFERÊNCIA: 2025			PONTUAÇÃO: 3 PONTOS
DESCRIÇÃO SUMÁRIA			SUBINDICADORES
O indicador pretende avaliar o empenho do município na implementação de estratégia e medidas de promoção do emprego.			6A - 0,3 PONTOS 6B - 2,7 PONTOS
SUBINDICADORES			
6A Estratégia Municipal em matéria de emprego			
6A1 - Documento Estratégico 6A1.1 - Indica ano e fase em que se encontra 6A1.2 - Anexa o documento estratégico			OBJETIVO: existência de uma estratégia de promoção do emprego.
6B Medidas de promoção do emprego			
6B1 - Gabinete de Inserção Profissional (GIP) ou Serviço Público de Emprego 6B1.1 a 6B1.3 – Existência de GIP ou Serviço Público de Emprego; indique 2 formas utilizadas para divulgação aos munícipes; anexe prova da divulgação 6B2 - Oferta formativa aos trabalhadores do município 6B2.1 a 6B2.8 - Descreva 1 formação, indicando: nome da formação; data da implementação da formação; entidade formadora; objetivos específicos da formação; áreas formativas em que a formação se insere; n.º de pessoas abrangidas; avaliação: indicadores, instrumentos e resultados (evidências) 6B3 - Inclusão de pessoas com deficiência e incapacidade no mercado de trabalho 6B3.1 a 6B3.4 - O Município proporcionou a realização de atividades socialmente úteis, a pessoas com deficiência e incapacidade, nomeadamente através das Medidas Contrato Emprego-Inserção (CEI) e Contrato Emprego-Inserção+ (CEI+), promovidas pelo IEFP; data de decisão favorável; n.º de desempregados portadores de deficiência e incapacidade beneficiários abrangidos pela(s) candidatura(s) ao CEI e/ou CEI+; evidências da aprovação da(s) candidatura(s) 6B4 - Meios de divulgação de atividades do serviço público de emprego 6B4.1 a 6B4.3 - Identifique 3 iniciativas em que o Município tenha promovido ofertas/atividades disponibilizadas pelo Centro de Emprego/ Centro de Emprego e Formação Profissional que atua no seu território; selecione uma e indique a forma de divulgação utilizada (evidências) 6B5 - Ações de promoção do empreendedorismo 6B5.1 a 6B5.4 – Descreva sucintamente o apoio ao empreendedorismo prestado pelo município, indique o n.º de projetos que apoiou/acompanhou; anexe evidências de um projeto que acompanhou			OBJETIVO: implementação e divulgação de medidas de promoção do emprego aos munícipes em geral, e às pessoas com deficiência e incapacidade no mercado de trabalho, em particular.
AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
AGENDA 21 LOCAL			
Secção III. Fortalecimento do papel dos grupos principais. Capítulo 31 - A comunidade científica e tecnológica.			
AGENDA 2030 METAS			
1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.a, 1.b 4.4, 4.5, 4.b 5.1, 5.c 8.2, 8.3, 8.4, 8.5, 8.6, 8.8, 8.b 9.2 10.2, 10.4 11.3 12.6 16.6, 16.7, 16.b 17.14, 17.17			
			
FONTE:			
Município; INE.			

Indicador 7

IND. 7 COOPERAÇÃO COM A SOCIEDADE CIVIL EM MATÉRIA DE AMBIENTE E DE PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
TEMA	Parcerias		
TIPO	☐ P ☐ E ☒ R	☐ IP ☒ IC	☒ IU ☐ INU
ANO DE REFERÊNCIA: 2025		PONTUAÇÃO: 2,0 PONTOS	
DESCRIÇÃO SUMÁRIA		SUBINDICADORES	
O indicador pretende avaliar a cooperação do município com a Sociedade Civil, nomeadamente com as Organizações Não Governamentais de Ambiente e de Desenvolvimento, oficialmente reconhecidas e ativas, bem organizações socioculturais, desportivas e recreativas, e ainda comissões/conselhos municipais.		7A - 0,6 PONTOS 7B - 0,6 PONTOS 7C - 0,4 PONTOS 7D - 0,4 PONTOS	
SUBINDICADORES			
INFORMAÇÃO PRÉVIA: - Orçamento Municipal em 2025 (€)			
7A Parcerias com Organizações Não Governamentais de Ambiente, equiparadas e outras associações da sociedade civil			
7A1 – N.º e nome das Associações Não-Governamentais de Ambiente e equiparadas inscritas no Registo Nacional APA e/ou no Registo Regional do Açores e da Madeira 7A2 – N.º e nome de outras associações não inscritas nos Registos 7A3 - Indique a data, grupo temático em que se enquadra, objetivos, descrição e evidências de 2 projetos		OBJETIVO: valorizar o estabelecimento de parcerias com instituições que desempenham um papel relevante no domínio do ambiente e desenvolvimento sustentável.	
7B Parcerias com Organizações Não Governamentais de Desenvolvimento e outras organizações da			
7B1 – N.º e nome de organizações Não Governamentais de Desenvolvimento inscritas no Registo Nacional do Instituto Camões e/ou FPADL 7B2 – N.º e nome de outras associações não inscritas 7B3 - Descreva 2 projetos e para cada um indique a data, grupo temático em que se enquadra, objetivos, descrição e evidências		OBJETIVO: valorizar o estabelecimento de parcerias com instituições no domínio do desenvolvimento, assistência humanitária, ajuda de emergência, e proteção e promoção dos direitos humanos.	
7C Parcerias com Organizações Socioculturais, Desportivas e Recreativas			
7C1 - Organizações socioculturais, desportivas e recreativas em 2025 7C1.1 e 7C1.2 - N.º e anexo da lista de associações apoiadas pelo município 7C1.3 - % do orçamento municipal atribuído		OBJETIVO: valorizar o estabelecimento de parcerias com coletividades ou outras associações de cultura, recreio e desporto.	

Indicador 7 (cont.)

7D Comissões/Conselhos Municipais	
7D1 - Comissão/Conselho Municipal em 2025 7D1.1 - N.º de Comissões/Conselhos Municipais 7D1.2 - Nome, objetivos e anexo da lista de participantes de 4 comissões/conselhos	OBJETIVO: valorizar a existência de comissões /conselhos municipais.
AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
AGENDA 21 LOCAL Capítulo 27 - Fortalecimento do papel das organizações não-governamentais: associação em busca de um desenvolvimento sustentável.	
AGENDA 2030 METAS 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.a, 1.b 4.7 5.4 10.2, 10.4 11.3, 11.4 12.2 13.1, 13.3 16.6, 16.7, 16.b 17.14, 17.17	
	
FONTE:	
Município; Organizações da Sociedade Civil; APA.	

Indicador 8

IND. 8 CERTIFICAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO			
TEMA	Qualidade		
TIPO	☒ P ☐ E ☒ R	☐ IP ☒ IC	☒ IU ☐ INU
ANO DE REFERÊNCIA: 2025		PONTUAÇÃO: 2 PONTOS	
DESCRIÇÃO SUMÁRIA		SUBINDICADORES	
O indicador pretende avaliar a implementação de Sistemas de Gestão Ambiental, da Qualidade e equivalentes, quer ao nível do município, quer ao nível dos seus serviços.		8A - 1,50 PONTOS 8B - 0,25 PONTOS 8C - 0,25 PONTOS	
SUBINDICADORES			
8A Certificação do Município ou número de certificações e/ou acreditações atribuídas aos serviços do			
8A1 - N.º de certificações/ acreditações ao município ou serviços 8A2 - Tipo de certificação/ acreditação ao município ou serviços 8A3 – Anexe os certificados válidos		OBJETIVO: existência de serviços municipais certificados ou acreditados.	
8B Outras formas de reconhecimento dos municípios			
8B1 - N.º de juntas de freguesia certificadas 8B2 - N.º de Entidades de abastecimento de água, de saneamento e/ou tratamento de resíduos, empresas municipais e multimunicipais certificadas/acreditadas. Indique o nome 8B3 - N.º de Eco-Freguesias XXI no concelho ^(PP) 8B4 - N.º de serviços municipais ou de freguesias com Reconhecimento para os Níveis EFQM. Indique o nome dos serviços reconhecidos		OBJETIVO: existência de serviços municipais ou freguesias com outros reconhecimentos/ galardões.	
8C Sistemas de avaliação e qualificação de fornecedores			
8C1 - O Município ou os seus serviços dispõe de sistema de avaliação e qualificação de fornecedores? 8C2 - Indique qual o sistema utilizado 8C3 - Comprovativo do sistema utilizado		OBJETIVO: existência de sistema de avaliação e qualificação de fornecedores.	
AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
AGENDA 21 LOCAL Capítulo 30 - Reforço da participação dos agentes económicos com vista ao desenvolvimento sustentável.			
AGENDA 2030 METAS 8.4, 8.8 12.6 16.6, 16.7			
 8. TRABALHADORIA E CRESCIMENTO ECONÓMICO  12. PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS  16. PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES			
FONTE:			
Município; IPQ.			

Indicador 9

IND. 9 ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS			
TEMA	Alterações Climáticas		
TIPO	☒ P ☐ E ☒ R	☐ IP ☒ IC	☒ IU ☐ INU
ANO DE REFERÊNCIA: 2025		PONTUAÇÃO: 10 PONTOS	
DESCRIÇÃO SUMÁRIA		SUBINDICADORES	
O indicador pretende avaliar o empenho do município na implementação de um plano ou estratégia municipal ou intermunicipal para adaptação às alterações climáticas, bem como a adoção de medidas de mitigação e adaptação às alterações climáticas.		9A - 3,0 PONTOS 9B - 2,0 PONTOS 9C - 5,0 PONTOS	
SUBINDICADORES			
Informação complementar (a pontuar em futuras edições): 0. O município prevê a implementação de projetos enquadrados no mercado voluntário de carbono? (s/n). Se sim, identifique e descreva sucintamente que projetos prevê implementar nos próximos 2 anos			
9A Iniciativas estratégicas no âmbito das alterações climáticas			
9A1 - Plano e/ou Estratégia, Municipal ou Intermunicipal, para a Adaptação às Alterações Climáticas 9A1.1 - Identifique o Plano e/ou Estratégia, Municipal ou Intermunicipal, para a Adaptação às Alterações Climáticas 9A1.2 – Anexe a Estratégia ou Plano 9A1.3 – Ano em que foi aprovado(a) 9A1.4 – Fase em que se encontra 9A1.5 - Descreva com que planos e como se articula 9A1.6 - Indique e descreva os riscos e vulnerabilidades do concelho. Anexe o mapa de riscos 9A1.7 - Descreva a composição do conselho/grupo local de acompanhamento, identificando as instituições que o integram, modo de funcionamento e a frequência 9A1.8 - Descreve os mecanismos participativos para a implementação do plano/estratégia 9A2 - Participação ativa numa rede de municípios 9A2.1 e 9A2.2 - Participa ativamente numa rede/plataforma de municípios que visa a mitigação/adaptação/ neutralidade carbónica ou assumiu formalmente um compromisso pelo clima. Seleciona pelo menos uma rede/compromisso. Indique os mecanismos de monitorização e/ou de informação de alerta		OBJETIVO: valorizar a existência de plano ou estratégia municipal ou multimunicipal para a adaptação às alterações climáticas	
9B Planos de Ação Climática (PAC)			
9B1 - Planos de Ação Climática em Implementação 9B1.1 - Possui planos em implementação. Indique o ano, fase em que se encontra, descreva, indique de que forma foi promovida a participação pública e anexe o plano. O município divulga os resultados da implementação do Plano de Ação, descreva de que forma, estabelece metas de redução de emissões e roteiro de descarbonização, bem como os indicadores e resultados que permitem aferir o cumprimento das metas		OBJETIVO: valorizar a implementação de planos de ação climática que visam a adoção de medidas prioritárias para a adaptação climática nos municípios.	

Indicador 9 (continuação)

9C Ações de mitigação e/ou adaptação às alterações climáticas	
9C1 - Ações de mitigação e/ou adaptação presentes noutros indicadores Ações selecionadas nos outros indicadores: 1C (1 ação); 11A1 ou 11A2 e 11A3; 12A1 (2 ações); 13A (1 ação); 14C; 18A2 a 18A6 (2 ações); 19B (2 ações); 20E (1 ação); 9C2 - Ação de mitigação às alterações climáticas (não descrito em A1) 9C2.1 - Implementou uma ação/ projeto de mitigação às alterações climáticas? Evidências da implementação da ação 9C2.1.1 - Ano em que começou a ser implementada/o 9C2.1.2 - Fase em que se encontra ou data de fim 9C2.1.3 - Público alvo e número de pessoas abrangidas 9C2.1.4 – Objetivos 9C2.1.5 - Descrição sumária da ação 9C2.1.6 – Parceiros 9C2.1.7 - Indicadores de avaliação 9C2.1.8 - Apresente os resultados da ação 9C3 - Ação/ projeto de adaptação às alterações climáticas 9C3.1 - Implementou uma ação/ projetos de adaptação às alterações climáticas? Anexe evidências da sua implementação 9C3.1.1 - Ano em que começou a ser implementada/o 9C3.1.2 - Fase em que se encontra ou data de fim 9C3.1.3 - Público alvo e número de pessoas abrangidas 9C3.1.4 – Objetivos 9C3.1.5 - Descrição sumária da ação/projeto 9C3.1.6 – Parceiros 9C3.1.7 - Indicadores de avaliação 9C3.1.8 - Apresente os resultados da ação/projeto	OBJETIVO: valorizar medidas de mitigação e de adaptação às alterações climáticas.

AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AGENDA 21 LOCAL

Capítulo 28 - Iniciativas das autoridades locais em apoio à Agenda 21 Local.

AGENDA 2030 | METAS

1.5 | 2.4 | 3.d | 6.b | 7.b | 10.7 | 11.2, 11.6 | 13.1, 13.2, 13.3 | 14.1, 14.2, 14.3, 14.c | 15.2, 15.3 | 16.6, 16.7, 16.b | 17.14, 17.17



FONTE:

Município.

Indicador 10

IND. 10 SAÚDE E BEM-ESTAR			
TEMA	Saúde e Bem-Estar		
TIPO	☐ P ☒ E ☒ R	☐ IP ☒ IC	☒ IU ☐ INU
ANO DE REFERÊNCIA: 2025		PONTUAÇÃO: 3 PONTOS	
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	SUBINDICADORES		
O indicador pretende avaliar o empenho do município na adoção de medidas conducentes ao bem-estar humano e animal.	10A - 2,0 PONTOS 10B - 1,0 PONTO		
SUBINDICADORES			
10A Bem-Estar Humano			
10A1 - Acessibilidade a cuidados de saúde 10A1.1 - O município ou as suas freguesias promovem a acessibilidade física aos centros de saúde, seleciona, descreve, indica objetivos e frequência, e anexa evidências dos serviços disponibilizados, objetivos e frequência 10A1.2 - O município presta outros apoios no domínio do acesso a cuidados de saúde a grupos vulneráveis, assinala os grupos vulneráveis a que se destinam os apoios, descreve os apoios prestados e anexa evidências 10A2 - Promoção do bem-estar físico, mental e social da população em geral 10A2.1 - Assinale pelo menos 2 medidas promovidas, público-alvo, periodicidade e anexa evidências 10A3 - Promoção da saúde dirigida ao público escolar 10A3.1 – Assinale e anexe evidências de pelo menos 3 medidas promovidas pelo município no domínio da saúde dirigidas ao público escolar (A3.1.1 a A3.1.7): - Apoio de nutricionista - Promoção de rastreios - Aquisição de produtos locais para abastecimento das cantinas escolares (com produtos biológicos) prevista no caderno de encargos - Promoção de hortas nas escolas - Adesão a regimes escolares - Garantia de fornecimento de refeições escolares do escalão A em períodos de paragem letiva - Cedência gratuita dos espaços desportivos da escola para prática de exercício físico da população	OBJETIVO: valorizar a ação do município em organizar atividades de promoção da saúde e do bem-estar físico, mental e social.		

Indicador 10 (continuação)

10B Bem-Estar Animal	
10B1 - Políticas de Promoção do Bem-Estar Animal 10B1.1 – Assinale e anexe evidências de pelo menos 2 políticas de promoção do bem-estar animal implementadas (10B1.1 a 10B1.3): - Regulamento Municipal para o Bem-Estar Animal - Centro de Recolha Oficial - Procedimentos implementados para garantir a saúde e bem-estar dos animais do Centro de Recolha Oficial - Apoio a Associações de Proteção Animal 10B2 - Medidas de Incentivo ao Bem-Estar Animal 10B2.1 - Assinale e anexe evidências de pelo menos 3 ações de incentivo ao bem-estar animal adotadas no município (10B2.1 a 10B2.4): - Ações de profilaxia e identificação de animais - Ações contra o abandono e maus tratos dos animais - Ações de promoção da adoção dos animais de companhia - Outras ações de promoção do bem-estar animal	OBJETIVO: valorizar a implementação de políticas de promoção do bem-estar animal e medidas de incentivo ao bem-estar animal.

AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AGENDA 21 LOCAL

Capítulo 6 - Proteção e promoção da saúde humana.

AGENDA 2030 | METAS

1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5 1. a, 1.b | 2.1, 2.2 | 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5, 3.6, 3.7, 3.8, 3.9, 3.a, 3.b, 3.c | 9.1 | 10.2, 10.3, 10.4 | 11.1, 11.5



FONTE:

Município; DGE.

Indicador 11

IND. 11 ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO: ESPAÇOS PÚBLICOS, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA		
TEMA	Ordenamento do Território	
TIPO	☐ P ☐ E ☒ R	☒ IP ☐ IC ☒ IU ☐ INU
ANO DE REFERÊNCIA: 2025 2026 em 11B1 2024 e 2025 em 11D		PONTUAÇÃO: 7/7,5* PONTOS + 0,5 BÓNUS <i>* nos municípios das Regiões Autónomas</i>
DESCRIÇÃO SUMÁRIA		SUBINDICADORES
O indicador pretende avaliar algumas das características da qualidade de vida das populações relacionadas com o ordenamento do território.		11A - 2 PONTOS + 0,5 BÓNUS 11B - 1,5 PONTOS 11C - 2,0/2,5 PONTOS 11D - 1,0 PONTO 11E - 0,5 PONTOS
SUBINDICADORES		
INFORMAÇÃO PRÉVIA: 01. População residente no concelho em 2025 ^(PP) 02. Freguesias do concelho classificadas como APU ^(PP) 03. População residente em freguesias APU em 2025 ^(PP) 04. População residente em freguesias APR em 2025 ^(PP) 05. Área do município (ha) ^(PP)		
11A Espaços Verdes		
- % população residente em freguesias APR(CA) - O Município tem SIG e equipa especializada em análise geoespacial 11A1 - Estruturas verde principal e secundária 11A1.1 - Existência de Estrutura Verde Principal (EVP) 11A1.2 - Área total de EVP (m ²) 11A1.3 - Justifique os valores da EVP 11A1.4 - Área de EVP per capita (m ² /hab) ^(CA) 11A1.5 - Existência de Estrutura Verde Secundária (EVS) 11A1.6 - Área total de EVS (m ²) 11A1.7 - Área da EVS per capita (m ² /hab) ^(CA) 11A1.8 - Justifique os valores da EVS OU 11A2 - Espaço Verde Público 11A2.1 - Existência de espaço verde público nos centros urbanos com mais de 2000 habitantes e sedes do concelho 11A2.2 - Área total do espaço verde público (m ²) 11A2.3 - Área do espaço verde público per capita (m ² /hab) ^(CA) 11A3 - Espaços verdes existentes 11A3.1 - N.º de espaços verdes existentes (não apenas previstos em PDM) com área > 0,5 há 11A3.2 - % população residente num raio de 300m face a cada espaço verde 11A3.3 - Anexar 2 evidências 11A4 - Coberturas verdes 11A4.1 - Existência de edifícios e equipamentos públicos com coberturas verdes. 11A4.1.1 - N.º de projetos licenciados 11A4.1.2 - Anexe pelo menos 2 evidências.		OBJETIVO: valorizar a existência de espaços verdes e coberturas verdes no município.

Indicador 11 (cont.)

11B Gestão Sustentável dos Espaços Públicos	
11B1 - Utilizam herbicidas sintéticos para controlar/prevenir as ervas espontâneas nos passeios, vias de comunicação e/ou gestão dos espaços verdes no momento da candidatura? - Se sim: Está a implementar medidas para redução? Selecione e anexe evidências das medidas que está a implementar. - Se não: de que forma controla as ervas espontâneas, o ano em que passou a não utilizar herbicidas e evidências das medidas implementadas	OBJETIVO: valorizar o controlo e prevenção de ervas espontâneas sem recurso a herbicidas sintéticos.
11C Ocupação e Uso do Solo	
11C1 - Territórios artificializados ^(PP) 11C1.1 - Área de territórios artificializados (m²) ^(PP) 11C1.2 - Território artificializado por habitante ^(PP) 11C1.3 - Área da interseção entre tecido urbano e solo rural (m²) ^(PP) 11C1.4 - % de solo rural ocupado por tecido urbano ^(PP) 11C1.5 - Área da interseção entre territórios artificializados em solo urbano (m²) ^(PP) 11C1.6 - % de solo urbano não artificializado ^(PP) 11C2 - Territórios de risco 11C2.1 - Data de aprovação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil 11C2.2 - Refira dois dos principais riscos no concelho e descreve a principal medida de cada um dos riscos identificados	OBJETIVO: valorizar a consolidação do uso do solo e identificação e caracterização dos riscos existentes no território do município.
11D Regeneração e Reabilitação Urbana	
11D1 - Intervenções de reabilitação dos edifícios públicos 11D1.1 - Descrição do principal projeto de reabilitação de edifícios públicos nos últimos dois anos 11D1.2 - Anexar evidências da reabilitação 11D2 - Intervenções de regeneração urbana (espaço público) 11D2.1 - Descrição da principal ação de intervenção em espaços públicos nos últimos dois anos 11D2.2 - Anexar regulamento e planta síntese da área de intervenção	OBJETIVO: valorizar as intervenções e regeneração e reabilitação de edifícios e espaços públicos nos últimos dois anos
11E Instrumentos de Gestão Territorial	
11E1 - Dinâmicas do PDM 11E1.1 - Data de publicação do PDM revisto 11E1.2 - Existência de indicadores de monitorização do PDM 11E1.2.1 - Indique quais 11E1.2.2 - Formas de divulgação ao público	OBJETIVO: avaliar as dinâmicas do Plano Diretor Municipal.

AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AGENDA 21 LOCAL

Capítulo 5 - Dinâmica demográfica e sustentabilidade.

AGENDA 2030 | METAS

1.4 | 6.6 | 7.3 | 11.1, 11.2, 11.3, 11.4, 11.6, 11.7, 11.a | 13.1, 13.3 | 15.2, 15.3 | 16.6, 16.7



FONTE:

Município; INE; DGT; CCDR; DRAAC Açores, DRAAC Madeira.

Indicador 12

IND. 12 CONSERVAÇÃO DA NATUREZA (BIODIVERSIDADE E GEODIVERSIDADE)			
TEMA	Conservação da Natureza		
TIPO	☐ P ☒ E ☒ R	☐ IP ☒ IC	☒ IU ☒ INU
ANO DE REFERÊNCIA: 2025 2026 em 12B3 e 12C 2023, 2024, 2025 e 2026 em 12B4.4 e 12B4.5			PONTUAÇÃO: 5/7* PONTOS + 1 BÓNUS <i>* nos municípios das Regiões Autónomas</i>
DESCRIÇÃO SUMÁRIA			SUBINDICADORES
O indicador pretende avaliar os parâmetros relacionados com a conservação dos recursos naturais.			12A - 2,5/4,5 PONTOS 12B - 2,5 PONTOS 12C - 1,0 BÓNUS
SUBINDICADORES			
12A Conservação da Natureza - Ações de Gestão			
12A1 - Ações no domínio da conservação da natureza 12A1.1 a 12A1.6 - Assinale 4 ações no domínio da conservação da natureza 12A1.2 - Ano de início de implementação da medida e fase em que se encontra 12A1.3 - Descreva em que consiste a ação, indicando a área abrangida e público-alvo 12A1.4 - Nome dos parceiros da ação 12A1.5 - Avaliação/resultados da ação 12A1.6 - Evidências da implementação da ação			OBJETIVO: valorizar as ações, em planeamento ou concluídas, em que o município está envolvido, na qualidade de promotor ou parceiro no domínio da conservação da natureza.
12B Áreas protegidas de âmbito local/regional			
12B1 - Áreas Protegidas de Âmbito Regional/Local no momento da candidatura 12B1.1 - Indique a designação das Áreas Protegidas de Âmbito Regional/Local existentes no momento da candidatura 12B1.2 - Superfície (ha) das Áreas Protegidas de Âmbito Regional/Local 12B1.3 - Exemplos dos principais valores naturais existentes e a conservar 12B2 - Arvoredos classificados de interesse municipal ou público 12B2.1 - Indique o número de arvoredos classificados de interesse municipal e de interesse público 12B2.2 - Anexe a lista de arvoredos classificados (de interesse municipal e público) ou link onde pode ser consultada 12B3 - Percursos Pedestres 12B3.1 - Extensão da rede de percursos pedestres (km) no momento da candidatura 12B3.2 - Breve descrição dos percursos, indicando as espécies notáveis e autóctones 12B3.3 - Anexe os folhetos informativos de cada percurso 12B4 - Divulgação e Promoção do Conhecimento na área da conservação da natureza e da biodiversidade / património natural do concelho 12B4.1 a 12B4.4 - Descrição do material informativo publicado desde 2023 (em suporte de papel, digital, outro formato) 12B4.5 - N.º de estudos/relatórios realizados com a participação da Câmara Municipal (na qualidade de promotor ou parceiro) sobre a biodiversidade e geodiversidade do município desde 2023 12B4.6 - Evidências da sua realização			OBJETIVO: valorizar a existência de áreas protegidas de âmbito local/regional no concelho.

Indicador 12 (cont.)

12C Áreas classificadas de âmbito nacional/ internacional (não referidas em 12B)	
12C - Áreas Protegidas, Rede Natura 2000 e Classificações da UNESCO 12C1.1 - Anexe prova da existência de áreas classificadas (ou em vias de classificação), de âmbito nacional/ internacional, com base em iniciativa municipal (proposta de classificação, etc.) no momento da candidatura 12C1.1.1 - Indicação da designação da área e dos elementos mais notáveis que justificam a sua classificação 12C1.2 - Indique a designação das Área(s) Protegida(s) pertencente(s) à RNAP 12C1.2.1 - % da superfície do concelho com estatuto de área classificada incluída na RNAP 12C1.3 - Existência de áreas classificadas da Rede Natura 2000 (SIC - Sítios de Importância Comunitária e da Lista Nacional e/ou ZPE - Zonas de Proteção Especial) 12C1.3.1 - Nome das áreas classificadas da Rede Natura 2000 12C1.4 - Existência de Sítios Ramsar e de Sítios da UNESCO para o desenvolvimento sustentável 12C1.4.1 - Nome dos Sítios Ramsar e de Sítios da UNESCO para o desenvolvimento sustentável	OBJETIVO: valorizar a existência de áreas classificadas no âmbito da Conservação da Natureza.
AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
AGENDA 21 LOCAL Capítulo 15 - Conservação da Natureza e diversidade biológica. AGENDA 2030 METAS 1.4 4.7 6.6 8.4 11.4, 11.6, 11.7, 11.a 12.2, 12.8 15.1, 15.2, 15.3, 15.4, 15.5, 15.8 17.17 1 ENERGIA E POBREZA 4 Educação de Qualidade 6 Água Potável e Saneamento 8 Trabalho Digno e Crescimento Económico 11 Cidades e Comunidades Sustentáveis 12 Produção e Consumo Sustentáveis 15 Proteger a Vida Terrestre 17 Parcerias para a Implementação dos Objetivos	
FONTE:	
Município; ICNF; DRAAC Açores; DRAAC Madeira; IFCN Madeira; INE.	

Indicador 13

IND. 13				GESTÃO E CONSERVAÇÃO DA FLORESTA			
TEMA		Conservação da Natureza; Floresta					
TIPO		☒ P ☒ E ☒ R		☐ IP ☒ IC		☒ IU ☒ INU	
ANO DE REFERÊNCIA: 2025						PONTUAÇÃO: 3/0,5* PONTOS * nos municípios das Regiões Autónomas	
DESCRIÇÃO SUMÁRIA				SUBINDICADORES			
O indicador pretende avaliar o desempenho dos municípios relativamente à melhoria do ordenamento, gestão e conservação dos espaços florestais.				13A - 0,3 PONTOS 13B - 1,0 PONTO 13C - 1,0 PONTO 13D - 0,5/1,0 PONTO			
SUBINDICADORES							
INFORMAÇÃO PRÉVIA: - Espaços rurais do município (ha) - Espaços florestais (ha)							
13A Medidas de ordenamento, proteção e resiliência dos espaços florestais da iniciativa do município ^(INU)							
13A1 - Instrumentos municipais que promovam o ordenamento, proteção e resiliência dos espaços florestais 13A1.1 - Identifique instrumentos municipais que promovam o ordenamento, proteção e resiliência dos espaços florestais, indique o ano em que as medidas implementadas e anexe evidências						OBJETIVO: valorizar a existência de instrumentos municipais que promovam o ordenamento, proteção e resiliência dos espaços florestais.	
13B Medidas de apoio à gestão e proteção florestal da iniciativa do município ^(INU)							
Selecione 1 ou 2 (em função da % de espaços florestais do município) medidas de apoio à gestão e proteção florestal da iniciativa do município implementadas 13B1 – Tipo de medida implementada (selecione de 13B1.1 a 13B1.6): Medidas de arborização; rearborização, beneficiação; limpeza, reconversão de povoamentos florestais monoespecíficos com folhosas nativas ou espécies pouco inflamáveis e resistentes ao fogo; medidas de instalação e manutenção de infraestruturas de apoio à proteção dos espaços florestais; medidas de construção e reparação de caminhos florestais; medidas de incentivo à gestão florestal; medidas de incentivo à vigilância dos espaços florestais. 13B2 - Para cada medida, apresente Informação específica, nomeadamente objetivos, fase em que se encontra, área abrangida, parcerias, avaliação e evidências da implementação da ação						OBJETIVO: valorizar as ações em que o município está envolvido no domínio do ordenamento, gestão e conservação dos espaços florestais.	
13C Incêndios Rurais: prevenção e ocorrências ^(PP) ^(INU)							
13C1 - Ocorrências de incêndios rurais no município em 2025 ^(PP) 13C1.1 e 13C1.2 - N.º de ocorrências de incêndios rurais/1.000 ha de espaços rurais 13C2 - N.º e % da área de faixas de gestão de combustíveis executada ao longo da rede viária face ao programado no PMDFCI em 2025 13C3 - N.º, % e evidências da área de faixas de gestão de combustíveis executada em torno dos aglomerados populacionais face ao programado no PMDFCI em 2025						OBJETIVO: reduzir as ocorrências de incêndios rurais e as áreas ardidas no município.	

Indicador 13 (cont.)

13D Materiais de informação florestal	
13D1 - Divulgação de informação florestal ao público em geral em 2025 13D1.1 a D1.3 - Assinale o suporte utilizado, descreva de que forma divulga ao público em geral e anexe os materiais ou link onde foram divulgados 13D1.2 - Medidas de apoio técnico aos proprietários e à gestão florestal em 2025 ^(INU)	OBJETIVO: valorizar a divulgação de informação florestal à população em geral, com recurso a diversos meios
AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
AGENDA 21 LOCAL Capítulo 15 - Conservação da Natureza e diversidade biológica. AGENDA 2030 METAS 1.4 4.7 6.6 8.4 11.4, 11.5, 11.a 12.2, 12.8 13.1 15.1, 15.2, 15.3, 15.4, 15.5, 15.b 16.10 17.17          	
FONTE:	
Municípios; ICNF; DRRF Açores e IFCN Madeira	

Indicador 14

IND. 14 QUALIDADE DO AR E INFORMAÇÃO AO PÚBLICO			
TEMA	Ar		
TIPO	☐ P ☒ E ☒ R	☐ IP ☒ IC	☒ IU ☐ INU
ANO DE REFERÊNCIA: 2025		PONTUAÇÃO: 2,5 PONTOS	
DESCRIÇÃO SUMÁRIA		SUBINDICADORES	
O indicador pretende avaliar o desempenho do município em termos de avaliação e gestão da qualidade do ar.		14A - 1,5 PONTOS 14B - 1,0 PONTO	
SUBINDICADORES			
14A Iniciativas de avaliação da qualidade do ar E 14B - Implementação de medidas locais conducentes à melhoria e preservação da qualidade do ar			
14A1 - Iniciativas de avaliação 14A1.1 - Ano de início de implementação das iniciativas e fase em que se encontra 14A1.2 - Descrição das iniciativas 14A1.3 - Comprovativo da implementação das iniciativas E 14B1 - Implementação de medidas, identificando as que se enquadram na ENAR2020 14B1.1 - Ano de início de implementação das iniciativas e fase em que se encontra 14B1.2 - Descrição das medidas implementadas, incluindo a indicação do planeamento das medidas 14B1.3 - Comprovativo da implementação das medidas		OBJETIVO: valorizar a implementação de ações de avaliação da qualidade do ar E medidas de redução da poluição atmosférica para a preservação e melhoria da qualidade do ar.	
14C Formas de informação ao público sobre a qualidade do ar			
14C1.1 - Data da informação disponível ao público 14C1.2 - Descrição das formas de informação 14C1.3 - Comprovativo das formas de informação		OBJETIVO: valorizar a existência de formas de informação ao público sobre qualidade do ar.	
AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
AGENDA 21 LOCAL Capítulo 6 - Proteção e promoção da saúde humana. Capítulo 9 - Proteção da atmosfera. AGENDA 2030 METAS 3.d 4.7 8.4 11.6 12.4, 12.8 16.10			
     			
FONTE:			
Município; APA; CCDRs; DRAAC Açores; DRAAC Madeira.			

Indicador 15

IND. 15 QUALIDADE DO AMBIENTE SONORO			
TEMA	Ruído		
TIPO	☐ P ☒ E ☒ R	☐ IP ☒ IC	☒ IU ☐ INU
ANO DE REFERÊNCIA: 2025		PONTUAÇÃO: 2,5 PONTOS	
DESCRIÇÃO SUMÁRIA		SUBINDICADORES	
O indicador pretende aferir a adoção de medidas conducentes à melhoria da qualidade do ambiente sonoro.		15A - 1,0 PONTO 15B - 1,5 PONTOS	
SUBINDICADORES			
15A Situação do Ambiente Sonoro no Concelho			
15A1 - Existência de mapa de ruído no concelho devidamente atualizado (2021 ou data posterior) 15A1.1 - Anexe mapa de ruído 15A1.2 - Observações sobre o mapa 15A2 - Existência de carta de classificação de zonas 15A2.1 - Anexe a carta de classificação de zonas 15A3 - % de população sobre-exposta a ruído ambiente exterior em zonas sensíveis e mistas		OBJETIVO: valorizar a existência de um mapa de ruído do concelho atualizado e uma carta de classificação de zonas.	
15B Plano Municipal de Redução de Ruído ^(INU)			
15B1 - Existência de Plano Municipal de Redução de Ruído ^(INU) 15B2 - Ano de aprovação do Plano Municipal de Redução de Ruído 15B3 - Descrição das medidas permanentes de redução de ruído implementadas, previstas ou não em plano municipal ^(INU)		OBJETIVO: valorizar a existência medidas permanentes de redução do ruído enquadradas ou não no Plano Municipal de Redução de Ruído.	
AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
AGENDA 21 LOCAL Capítulo 6 - Proteção e promoção da saúde humana. Capítulo 9 - Proteção da atmosfera. AGENDA 2030 METAS 3.9, 3.d 11.6 12.4, 12.8  3 SAÚDE E BEM-ESTAR  11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS  12 PRODUÇÃO E CONSUMO SUSTENTÁVEIS			
FONTE:			
Município; APA; CCDRs; DRAAC Açores; DRAAC Madeira.			

Indicador 16

IND. 16 ÁGUA SEGURA E QUALIDADE DOS SERVIÇOS DE ÁGUA PRESTADOS AOS UTILIZADORES			
TEMA	Água		
TIPO	☐ P ☒ E ☒ R	☒ IP ☐ IC	☒ IU ☒ INU
ANO DE REFERÊNCIA: 2024 16C2 em 2025	PONTUAÇÃO: 7 PONTOS		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA		SUBINDICADORES	
O indicador pretende avaliar a percentagem de água da torneira que é controlada e de boa qualidade e avaliar a qualidade dos serviços de águas prestados aos utilizadores no que respeita o abastecimento, a reutilização, a drenagem e o tratamento de água residuais.		16A - 2,0 PONTOS 16B - 2,0 PONTOS 16C - 0,5 PONTOS 16D - 0,5 PONTOS 16E - 1,0 PONTO 16F - 1,0 PONTO	
SUBINDICADORES			
16A Água Segura por município			
16A1 - Cumprimento da frequência regulamentar (%) ^(PP) 16A2 - Cumprimento dos valores paramétricos (%) ^(PP) 16A3 - Cumprimento da frequência regulamentar (%) * Cumprimento dos valores paramétricos (%) ^(PP)		OBJETIVO: valorizar a existência de água controlada e de qualidade para consumo.	
16B Abastecimento de Água por Entidade Gestora			
16B1 - % de alojamentos familiares clássicos com serviço disponível de abastecimento por água da rede pública ^(PP) 16B2 - % de água não faturada ^(PP)		OBJETIVO: valorizar a existência de serviço de abastecimento de água.	
16C Utilização e Gestão Eficiente da Água			
16C1 - Índice de Conhecimento Infraestrutural (ICI) da entidade gestora ^(PP) 16C2 - Selecione e anexe evidências pelo menos 3 medidas de utilização e gestão eficiente da água implementadas pelo município ou com o seu apoio - Existência e identificação de um sistema/software/ferramenta para supervisão/deteção de perdas de água na rede pública - Existência de piquete/serviço de monitorização e manutenção/ reparação/substituição das condutas/equipamentos/ contadores - Existência de torneiras temporizadas com dispositivo de redução de caudal em instalações públicas - Existência de rega automatizada nos espaços verdes públicos para horários mais eficientes - Instalação de contadores de água em locais não monitorizados (fontanários, regas em espaços públicos, edifícios) - Identifique outro(s)		OBJETIVO: valorizar a gestão eficiente da água.	

Indicador 16 (continuação)

16D Utilização de Água para Reutilização no município	
16D1 - Existência de produção de ApR no município (s/n) 16D1.1 - Se sim, refira onde, e o tipo de utilização (rega, lavagens, entre outros) 16D1.2 - Anexe evidências (TURH ou prova de aquisição de ApR à entidade produtora)	OBJETIVO: valorizar a produção de água reutilizada nos espaços públicos do município.
16E Drenagem e Tratamento de Águas Residuais por Entidade Gestora ^(PP)	
16E1 - % de alojamentos familiares clássicos com serviço disponível de recolha e drenagem de águas residuais (serviço público e/ou individual) ^(PP) 16E2 - % de alojamentos familiares clássicos ligados a um destino adequado em termos de tratamento ^(PP)	OBJETIVO: valorizar a existência de serviço de drenagem e tratamento de água residuais.
16F Cumprimento dos Requisitos de Descarga das ETAR(s) que servem um e.p. ≥ 2000 no município ^(PP) (INU)	
16F1 - Cumprimento dos requisitos de descarga em 2024 (%) ^(PP) (INU)	OBJETIVO: valorizar o cumprimento das licenças de descarga das ETAR(s).

AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AGENDA 21 LOCAL

Capítulo 18 - Proteção da qualidade e do abastecimento de água doce: aplicação de abordagens integradas para o desenvolvimento, gestão e utilização dos recursos aquáticos.

AGENDA 2030 | METAS

1.4 | 3.3, 3.9 | 6.1, 6.2, 6.3, 6.4, 6.5, 6.6 | 8.4 | 11.1, 11.6 | 12.2, 12.4, 12.8



FONTE:

Município; APA; ERSAR; ERSARA; INE.

Indicador 17

IND. 17 PRODUÇÃO E RECOLHA SELETIVA E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS URBANOS			
TEMA		Resíduos	
TIPO	☐ P ☒ E ☒ R	☒ IP ☐ IC	☒ IU ☐ INU
ANO DE REFERÊNCIA: 2025 2023, 2024 e 2025 em 17B		PONTUAÇÃO: 7 PONTOS	
DESCRIÇÃO SUMÁRIA		SUBINDICADORES	
Este indicador pretende avaliar a evolução da produção de resíduos urbanos, a produção de Resíduos de Embalagem recolhidos seletivamente, bem como a existência de recolha seletiva de outros tipos de resíduos.		17A - 2,0 PONTOS 17B - 1,0 PONTO 17C - 2,0 PONTOS 17D - 2,0 PONTOS	
SUBINDICADORES			
17A Recolha Seletiva - Acessibilidade			
17A1 - Acessibilidade do serviço de recolha seletiva 17A1.1 - % de alojamentos com equipamentos de recolha seletiva a menos de 100m do limite do prédio nas freguesias APU e 200 m nas freguesias APR e AMU ^(PP)		OBJETIVO: valorizar a acessibilidade a um serviço de recolha seletiva.	
17B Evolução da Produção dos Resíduos Recolhidos Seletivamente no Município nos últimos 3 anos ^(PP)			
17B1 - Evolução da produção dos resíduos recolhidos seletivamente no município 17B1.1 – Quantidade de resíduos recolhidos seletivamente (multimaterial) ^(PP) 17B1.1.1 a 17B1.1.4 - Resíduos recolhidos seletivamente (multimaterial) em toneladas em 2023, 2024 e 2025 ^(PP) 17B1.2 – Quantidade de resíduos recolhidos seletivamente (biorresíduos) ^(PP) 17B1.2.2 a 17B1.2.4 – Resíduos recolhidos seletivamente (biorresíduos) em toneladas em 2023, 2024 e 2025 ^(PP)		OBJETIVO: avaliar a evolução dos resíduos produzidos per capita.	
17C Resíduos de Embalagens recolhidos seletivamente			
17C1 - Resíduos de embalagens recolhidos seletivamente (t) 17C1.1 - % Resíduos de embalagem recolhidos para reciclagem em 2025 ^(PP)		OBJETIVO: avaliar os resíduos de embalagens recolhidos seletivamente.	
17D Recolha Seletiva dos REEE, Pilhas e Acumuladores, Biorresíduos e Óleos Alimentares Usados e Outros			
17D1 - O município recolhe seletivamente REEE, Pilhas e Acumuladores, Biorresíduos e Óleos Alimentares Usados. 17D1.1 a 17D1.6 - REEE, pilhas e acumuladores, óleos alimentares usados, têxteis e outros. Quantidade recolhida 17D1.4.2 - Nº pontos de recolha integrados na rede municipal		OBJETIVO: valorizar a recolha seletiva de vários tipos de resíduos (exceto embalagens).	
AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
AGENDA 21 LOCAL Capítulo 21 - Gestão ecologicamente racional dos resíduos sólidos e questões relacionadas com as águas residuais.			
AGENDA 2030 METAS 1.4 4.7 8.4 11.1, 11.6 12.2, 12.4, 12.5, 12.8			
    			
FONTE:			
Município, APA, INE.			

Indicador 18

IND. 18 VALORIZAÇÃO DO PAPEL DA ENERGIA NA GESTÃO MUNICIPAL			
TEMA	Energia		
TIPO	☐ P ☒ E ☒ R	☐ IP ☒ IC	☒ IU ☐ INU
ANO DE REFERÊNCIA: 2025 2023, 2024 e 2025 em 18A3, 18A4 e 18B6	PONTUAÇÃO: 7 PONTOS		
DESCRIÇÃO SUMÁRIA	SUBINDICADORES		
O indicador pretende avaliar os municípios, quer enquanto entidades consumidoras de energia e gestoras do seu próprio património, quer enquanto entidades reguladoras das atividades económicas e/ou exploração dos recursos endógenos do território sobre o qual possuem obrigações e responsabilidades.	18A - 3,5 PONTOS 18B - 3,5 PONTOS		
SUBINDICADORES			
18A Município enquanto entidade consumidora de energia			
18A1 - Despesa com o consumo de energia do município 18A1.1 - Quanto gastou o município em energia (€) 18A1.2 - As despesas com o consumo de energia encontram-se desagregadas por fonte? (s/n) Se sim, indique quanto gastou por fonte (eletricidade, gás e outros combustíveis). Total gasto (€) 18A1.3 - As despesas com o consumo de energia encontram-se desagregadas por tipologia? (s/n) Se sim, indique quanto gastou por tipologia (frotas municipais, iluminação pública, edifícios municipais, outro). Total gasto (€) 18A1.4 - Anexe a fonte da informação que permita validar os valores apresentados 18A1.5 - Outras observações (deverá justificar a ausência de dados) 18A2 - Consumos/gestão de energia (€) 18A2.1 - Como gere os consumos de energia (análise das faturas, base de dados específica, software específico, outro. Qual?) 18A3 - Medidas e soluções implementadas nas frotas municipais, iluminação pública e nos edifícios municipais 18A3.1 a 18A3.3 – Descrição e quantificação de resultados, evidências 18A4 - Integração de energias renováveis nos edifícios/ instalações municipais 18A4.1 – Instalou sistemas de aproveitamento de energias renováveis nos edifícios/instalações municipais? (s/n) 18A4.1.1 a 18A4.1.3 – Se instalou: ano(s) em que instalou, caracterize os sistemas e quantifique os resultados 18A4.2 e 18A4.2.1 – Se não indique: Indique qual o motivo ou se ainda pretende instalar e caracterize os sistemas e quantifique os resultados previstos 18A5 - Política de compras que valoriza a aquisição de bens/ equipamentos de maior eficiência energética 18A5.1 – Existe uma estratégia ou plano em implementação para a integração de critérios ambientais nos procedimentos de contratação pública? (s/n) 18A5.2 – Anexe evidências da estratégia ou plano em implementação 18A5.3 – Descreva alguns dos critérios adotados em procedimentos lançados em 2025 na política de contratação pública que valorizam a aquisição de bens/equipamentos de maior eficiência energética ou no uso de outros recursos 18A6 - Programa ECO.AP 2030 18A6.1 a 18A6.3 - Identifique e indique o estado de implementação do Programa ECO.AP 2030.		OBJETIVO: valorizar as medidas de gestão adotadas pelo município, enquanto entidade consumidora de energia.	

18A7 - Agência de Energia Regional ou Municipal	
18A8 - Medidas de combate à Pobreza Energética	
18A8.1 a 18A8.4 - Indique se dispõe de medidas de combate à Pobreza Energética	

18B Município enquanto entidade dinamizadora das melhores práticas	
18B1 - Desempenho Energético dos Edifícios Municipais 18B1.1 a 18B1.3 - Indique o número de Certificados Energéticos emitidos ou atualizados. 18B2 - Promoção de boas práticas junto da comunidade para o desempenho energético dos edifícios 18B2.1 a 18B2.3 - N.º, data, público-alvo e evidências de ações concretizadas para divulgação, (in)formação sobre melhorias no desempenho energético dos edifícios 18B3 - Incentivos municipais à reabilitação energética de edifícios 18B3.1 - Indique, descreva e anexe evidências. 18B3.2 - Indique e descreva outras deliberações municipais que incentivem e valorizam a reabilitação energética de edifícios 18B4 - Matriz Energética Municipal 18B4.1 e 18B4.2 - Indique quando foi elaborada ou revista a Matriz Energética Municipal e anexe evidências 18B5 - Integração da gestão energética nos instrumentos de planeamento 18B5.1 - Em sede de revisão do Plano Diretor Municipal, tem em consideração: Planos/Matrizes Energéticas, Plano Municipal de Iluminação Pública e Plano de Reabilitação Energética do Património Edificado, breve descrição dos resultados 18B5.1.1 - Descreva como foram integrados os instrumentos 18B5.2 - No âmbito do Plano de Poupança de Energia (PPE) iniciado em setembro de 2023, elaborou e implementou planos de redução dos consumos de energia e/ou de utilização de energias renováveis? (s/n) 18B5.2.1 a 18B5.2.4 - Indique as áreas em que se encontram os planos, as metas, os resultados e anexe evidências 18B6 - Atração de investimento em matéria de energia 18B6.1 – O município promoveu iniciativas de atração de investimento público/privado na produção de energia renovável, incluindo, se aplicável, Comunidades de Energia Renovável e Autoconsumo Coletivo? (s/n) 18B6.1.1 a B6.1.3 - Indique as datas em que o município promoveu as iniciativas, identifique as duas principais iniciativas e o nível de participação e anexe evidências 18B6.2 - O município lançou ou está a prever lançar concurso(s) para a celebração de contratos de gestão de eficiência energética envolvendo empresas de serviços de energia (ESE), como por ex. para substituição de iluminação? (s/n) 18B6.2.1 e 18B6.2.2 - Identifique, descreva e anexe evidências	OBJETIVO: valorizar as medidas de gestão energética adotadas pelo município, enquanto entidade dinamizadora das melhores práticas.

AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

AGENDA 21 LOCAL

Capítulo 4 - Modificação dos padrões de consumo; Capítulo 7 - Promoção do desenvolvimento sustentável dos estabelecimentos humanos; Capítulo 9 - Proteção da atmosfera.

AGENDA 2030 | METAS

1.4 | 4.7 | 7.1, 7.2, 7.3, 7.a, 7.b | 8.4 | 11.1, 11.6 | 12.2, 12.4, 12.8 | 13.1, 13.2



FONTE:

Município; Agência Municipal ou Regional de Energia; ADENE.

Indicador 19

IND. 19 MOBILIDADE SUSTENTÁVEL			
TEMA	Mobilidade		
TIPO	☐ P ☒ E ☐ R	☐ IP ☒ IC	☒ IU ☐ INU
ANO DE REFERÊNCIA: 2025		PONTUAÇÃO: 7 PONTOS	
DESCRIÇÃO SUMÁRIA		SUBINDICADORES	
O indicador pretende avaliar a existência de uma política coerente, materializada em ações/medidas dirigidas a uma mobilidade mais sustentável.		19A - 2,5 PONTOS 19B - 1,5 PONTOS 19C - 1,5 PONTOS 19D - 1,5 PONTOS	
SUBINDICADORES			
19A Estratégia de Mobilidade Sustentável (municipal ou intermunicipal)			
19A1 - Estratégia de Mobilidade Urbana Sustentável Se sim: anexe a estratégia; ano de aprovação; transcreva excerto da visão, objetivos, metas; descreva sumariamente as ações chave previstas e descreva como foi feita a monitorização e avaliação Se não: Refira outro (s) instrumento(s) estratégico(s) em vigor/em implementação na área dos transportes/ mobilidade, indicando o nome do plano e data de aprovação 19A2 – Execução do Plano de Mobilidade Urbana 19A3 - Orçamento municipal em medidas para promover a mobilidade sustentável para os modos pedonal, ciclável, TP e multimodalidade. Justifique os valores		OBJETIVO: valorizar a existência de uma política de mobilidade sustentável no município.	
19B Promoção dos Transportes Públicos			
19B1 - Descreva 2 ou 3 ações/medidas de promoção do transporte público (TP), incluindo a melhoria da qualidade do serviço, indicando a data de início. Anexe evidências da implementação das ações/medidas		OBJETIVO: valorizar o empenho do município na promoção dos transportes públicos.	
19C Gestão do Transporte Individual em Favor da Mobilidade Sustentável			
19C1 - Descreva as 2 ou 3 principais ações/medidas com impacte direto sobre a redução do volume e velocidade de tráfego motorizado individual, indicando a data de início. Anexe evidências da implementação das ações/medidas		OBJETIVO: valorizar o empenho do município na gestão do transporte individual.	
19D Incentivo aos Modos Suaves/Ativos			
19D1 - Descreva as principais medidas para promoção dos modos suaves/ativos 19D1.1 – Seleccione e descreva 1 ou 2 medidas de promoção da mobilidade/acessibilidade a pé, indicando a data de início. Anexe evidências 19D1.2 – Seleccione e descreva 1 ou 2 medidas de promoção da mobilidade/acessibilidade em bicicleta, indicando a data de início. Anexe evidências		OBJETIVO: promover o incentivo aos modos suaves/ativos.	
AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
AGENDA 21 LOCAL Capítulo 4 - Modificação dos padrões de consumo; Capítulo 6 - Proteção e promoção da saúde humana; Capítulo 9 - Proteção da atmosfera.			
AGENDA 2030 METAS 1.4 3.4, 3.6 7.1, 7.3, 7.a, 7.b 10.7 11.2, 11.7, 11.a 12.2, 12.4, 12.8 13.1, 13.2 16.6, 16.7, 16.b 17.14, 17.17			
			
FONTE:			
Município, IMT.			

Indicador 20

IND. 20	AGRICULTURA SUSTENTÁVEL E DESENVOLVIMENTO RURAL		
TEMA	Educação Ambiental/Educação para o Desenvolvimento Sustentável		
TIPO	☐ P ☒ E ☒ R	☐ IP ☒ IC	☒ IU ☐ INU
ANO DE REFERÊNCIA: 2025 2023, 2024 e 2025 em 20G; 2026 em 20E		PONTUAÇÃO: 3 PONTOS	
DESCRIÇÃO SUMÁRIA		SUBINDICADORES	
O indicador pretende aferir o desenvolvimento sustentável através da valorização da atividade agrícola que incorpora os conceitos de sustentabilidade no modo de produção e formas de valorização dos produtos de qualidade.		20A - 0,25 PONTOS 20B - 0,25 PONTOS 20C - 0,25 PONTOS 20D - 0,25 PONTOS 20E OU 20F - 0,5 PONTOS 20G - 1,5 PONTOS	
SUBINDICADORES			
INFORMAÇÃO PRÉVIA: - Freguesias do concelho classificadas como APR ^(PP) - Freguesias do concelho classificadas como APU ou AMU ^(PP) - População residente em freguesias APU ^(PP)			
20A Modo de Produção Biológico			
20A1 e 20A2 - Área ocupada e % de SAU controlada com Modo de Produção Biológico (ha) ^(PP) (NU)		OBJETIVO: valorizar o modo de produção biológico.	
20B Produtos Qualificados			
20B1 e 20B2 – N.º e nome dos produtos qualificados ^(PP)		OBJETIVO: valorizar os produtos qualificados do concelho.	
20C Estatuto de Pequena Agricultura Familiar			
20C1 - N.º de títulos ativos no município ^(PP) 20C1.1 - % de SAU utilizada pelos titulares do Estatuto de Agricultura Familiar ^(PP)		OBJETIVO: valorizar a adesão ao estatuto de pequena agricultura familiar.	
20D Circuitos Curtos Agroalimentares			
20D1 - Mercados Locais de Produtores 20D1.1 - N.º de mercados locais de produtores		OBJETIVO: valorizar a existência de mercados locais de produtores.	
20E Gabinete/Responsável Municipal de Apoio à Agricultura e Sistema Alimentar			
20E1 - Existe e anexa evidências do gabinete/responsável municipal de apoio à agricultura e sistema alimentar		OBJETIVO: valorizar a existência gabinete de apoio à agricultura.	
20F Hortas Urbanas			
20F1 - Selecione as tipologias de hortas urbanas geridas pelo município ^{INU} Para cada tipologia, indique: - N.º de hortalãos (alunos, professores, funcionários) por tipologia ^{INU} (explicite como quantificou) - % cidadãos no município com acesso a uma horta urbana face ao n.º de habitantes nas freguesias APU ^(PP) (CA) - Anexe a (s) planta (s) da horta ou outros documentos de prova		OBJETIVO: valorizar a existência de hortas urbanas	

Indicador 20 (cont.)

20G Ações de Sustentabilidade com impacto no Desenvolvimento Rural	
20G1 - Identifique, descreva e anexe evidências de 1 ou 2 ações (em função do escalão populacional) implementadas em 2023, 2024 e 2025 Para cada ação, indique: - Designação da ação / iniciativa - Data de início - Data de fim - Quem promove a ação / iniciativa - Outras parcerias estão envolvidas e respetivas responsabilidades/âmbito da ação - Indique se a ação/iniciativa integra uma estratégia, plano ou programa municipal. Se sim, indique o nome - Anexe a estratégia, plano, programa mencionado em 20G1.6.1 ou outro documento que confirme a referida ação/iniciativa (ex: orçamento municipal) - Identifique o número da página do documento onde está identificada a ação/iniciativa - Indique o link para a página do município onde esta ação/iniciativa está se encontra disponível - Demonstre o carácter sustentável da ação/iniciativa indicando qual ou quais os pilares mais relevantes: social, ambiental, económico, cultural, outro. Qual? - Objetivos específicos da ação/iniciativa - Instrumentos de avaliação utilizados - Indicadores de avaliação da ação / iniciativa - Resultados da avaliação	OBJETIVO: avaliar a implementação de ações com impacto no desenvolvimento rural.
AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
AGENDA 21 LOCAL Capítulo 14 - Fomento da agricultura e do desenvolvimento rural sustentável. AGENDA 2030 METAS 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1b. 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2a 6.1, 6.2, 6.4, 6.5, 6.6, 6.a, 6.b 8.1, 8.2, 8.4, 8.5, 8.6, 8.8, 8.9, 8.b 10.1, 10.2, 10.3, 10.4, 10.5 11.4, 11.a 12.2, 12.3, 12.4, 12.8 13.1, 13.2 15.1, 15.2, 15.3, 15.9         	
FONTE:	
Município; INE; DGADR; GPP	

Indicador 21

IND. 21		TURISMO SUSTENTÁVEL	
TEMA	Turismo		
TIPO	☒ P ☒ E ☒ R	☐ IP ☒ IC	☒ IU ☐ INU
ANO DE REFERÊNCIA: 2025 2024 em 21A; 2024 e 2025 em 21B1; 2023, 2024 e 2025 em 21B3		PONTUAÇÃO: 5 PONTOS + 1,0 BÓNUS	
DESCRIÇÃO SUMÁRIA		SUBINDICADORES	
O indicador pretende aferir o desempenho turístico do município, bem como as iniciativas da autarquia que contribuem para o desenvolvimento do turismo sustentável.		21A - 1,0 PONTO 21B - 2,5 PONTOS + 0,5 BÓNUS 21C - 1,5 PONTOS + 0,5 BÓNUS	
SUBINDICADORES			
21A Desempenho turístico do município			
21A1 - Proveitos de aposento por dormida no alojamento turístico ^(PP) 21A2 - Taxa de Ocupação-Cama no alojamento turístico ^(PP) 21A3 - Estada Média no Alojamento Turístico ^(PP) 21A4 - Taxa de Sazonalidade no Alojamento Turístico ^(PP)		OBJETIVO: avaliar o desempenho turístico do município.	
21B Valorização do Património Natural e Cultural			
21B1 - Unidades produtivas artesanais 21B1.1 a 21B1.3 - Diferença das unidades produtivas artesanais de 2024 e 2025 21B2 - Museus, centros interpretativos e outros espaços museológicos 21B2.1 e 21B2.2 - Identificação; localização; website; % de museus em mais do que um idioma e evidências 21B3 - Monitorização da atividade turística 21B3.1 a 21B3.3 - Possui e anexa o relatório de avaliação da satisfação dos visitantes e dos turistas 21B4 - Informação Turística 21B4.1 a 21B4.4 - N.º e horário de postos de turismo ou <i>welcome centres</i> existentes, app mobile e link para site de Entidade Regional de Turismo 21B5 - Rotas, itinerários e percursos turísticos temáticos, outras rotas 21B5.1 - Assinale o que existe, tema em que se insere e formas de divulgação 21B6 - Certificações, selos e galardões na área da sustentabilidade 21B6.1 a 21B6.2 - Identifique e indique o nome de 3 certificações diferentes obtidas pelo município e para o território do município		OBJETIVO: valorizar os recursos turísticos e o património natural e cultural do concelho.	
21C Iniciativas do município			
21C1 - Iniciativas de dinamização turística e desenvolvimento sustentável de âmbito municipal 21C1.1 a 21C1.6 - Assinala, descreve e anexa evidências de 3 ações - Nome e data de realização de eventos de âmbito regional, nacional ou internacional que promovam o turismo sustentável - Nome e data de realização de projeto(s)/programa(s) de promoção turística em áreas protegidas com participação do município - Identificação de produtos/serviços turísticos que promovam práticas sustentáveis - Existência de interlocutor técnico na CM para apoio às empresas turísticas sediadas no município - Descrição de iniciativas realizadas para dinamizar o turismo para pessoas com necessidades específicas		OBJETIVO: avaliar as iniciativas com impacte no turismo promovidas pelo município.	

- Ações de sensibilização/ educação ambiental bilingues	
Indicador 21 (continuação)	
21C2 - Capacidade de carga dos territórios 21C2.1 - Cálculo da carga da visitação no território em zonas ambientalmente sensíveis Se sim: - Indique a forma de cálculo e para que territórios foi calculada 21C2.2 - Monitorização da carga da visitação no território em zonas ambientalmente sensíveis Se sim: - Descreva a forma como está a ser monitorizada 21C2.3 - Adoção de medidas de salvaguarda tendo em conta a capacidade de carga - Descreva sinteticamente as medidas adotadas e anexe os documentos ou links relativos ao cálculo, monitorização e/ou medidas de capacidade de carga	OBJETIVO: avaliar as iniciativas com impacte no turismo promovidas pelo município.
AFINIDADE COM O CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	
AGENDA 21 LOCAL Capítulo 4 - Alteração dos padrões de consumo; Capítulo 5 - Dinâmica demográfica e sustentabilidade; Capítulo 8 - Integrar o ambiente e desenvolvimento nas decisões. AGENDA 2030 METAS 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.a, 1.b. 6.1, 6.2, 6.4, 6.5, 6.6, 6.a, 6.b 7.1, 7.2, 7.3, 7.a, 7.b 8.3, 8.4, 8.8, 8.9, 8.b 10.4 11.2, 11.4, 11.7 12.2, 12.8, 12.b 16.6, 16.7, 16.10, 16.b 17.14, 17.17         	
FONTE:	
Turismo de Portugal, I.P., INE e Municípios.	

Este documento é complementado por **2 anexos**:

Parte A – Pontuação e Critérios

Parte B – Conceitos, Notas e Recomendações

Estes documentos estão disponíveis para *download* para os municípios inscritos no Programa ECOXXI, após login na Plataforma.